Entrada na Mesa
Data: 24/4/2024
Hora: 17h 25m
...O Presidente...

ANUNCIADO
.../.../...
O Presidente

Proposta de Lei n.º /VI

PPL nº 8/VI (1ª)

Código da Propriedade Industrial

Exposição de Motivos

O artigo 60.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste determina que compete ao Estado garantir e proteger a criação, produção e comercialização de trabalhos literários, científicos e artísticos, em que se podem incluir os direitos de propriedade industrial, no entendimento de que os direitos garantidos no âmbito propriedade intelectual abrangem os direitos de autor e os de propriedade industrial.

Com efeito, através da Lei n.º 14/2022, de 21 de dezembro, foi aprovado o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos.

No entanto, a matéria relativa à propriedade industrial não está ainda regulada no ordenamento jurídico nacional. Esta questão vem abordada no artigo 1223.º do Código Civil, segundo o qual os direitos de autor e a propriedade industrial estão sujeitos a legislação especial, sem prejuízo da aplicação subsidiária desse código, quando se harmonizem com a natureza daqueles direitos e não contrariem o regime para eles especialmente estabelecido.

Ora, a propriedade industrial é o ramo da propriedade intelectual que trata das criações intelectuais voltadas para as atividades da indústria, comércio e prestação de serviços que engloba, nomeadamente, a proteção das invenções (patente de invenção e modelo de utilidade), desenhos industriais, marcas, indicações geográficas, recompensas, logótipos, etc., bem como a repressão da concorrência desleal. Ou seja, é uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento de um país, pois, ela decorre diretamente da capacidade inventiva, criadora e tecnológica das pessoas.

Salienta-se, também, como entendimento já generalizado na pática económica, que a propriedade industrial, enquanto qualificação "industrial", não se resume às criações industriais propriamente ditas, mas estende-se na mais ampla aceção e aplica-se não só à indústria e ao comércio propriamente ditos, mas também às indústrias agrícolas, extrativas e a todos os produtos manufaturados ou naturais, conforme decorre da Convenção de Paris sobre a Propriedade Industrial.

Assim, a regulação da propriedade industrial torna-se num incentivo crítico à inovação e criatividade, que por sua vez são essenciais para o sucesso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, posto que somente através da criatividade humana será possível desenvolver novas soluções que: erradiquem a pobreza; aumentem a sustentabilidade agrícola e garantam a segurança alimentar; combatam as doenças; melhorem a educação; protejam o meio ambiente e acelerem a transição para uma economia de baixo carbono; aumentem a produtividade e a competitividade dos negócios, conforme entendimento já partilhado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Cabe ainda realçar que a inovação é essencialmente uma questão empresarial, na medida em que são as empresas que transportam os novos produtos e serviços para o mercado, bem como introduzem novas formas de produção e novos modelos de negócios que carecem

muitas vezes de proteção, para evitar o uso indevido por parte de outrem, de forma a incentivar ou financiar a continuidade sustentável das inovações.

Nesta conformidade, a institucionalização e a regulação de um sistema de registo nesta matéria é uma condição de garantia da efetividade dos direitos da propriedade industrial e podem proporcionar retorno económico para quem investe esforço e trabalho no desenvolvimento de criações intelectuais e ainda contribuem para proteger os elementos da expressão cultural, oral de diversos países em desenvolvimento. Com essa proteção, esses elementos podem ser explorados legalmente e os benefícios revertidos para os países e culturas de origem.

Todavia, para que isso aconteça, é preciso haver um ambiente de negócios favorável proporcionado pelo Estado, que propicie uma maior interação e desempenho por parte das empresas, com definição de políticas apropriadas e eficazes que as incentivem a inovar e que atraiam mais investimento estrangeiro com o intuito de desenvolverem negócios capazes de oferecer produtos e serviços que possam competir na escala global.

Além disso, a participação competitiva e cada vez mais integrada de Timor-Leste na economia mundial exige uma abordagem acerca da proteção da propriedade industrial de forma harmonizada com as normas e as práticas internacionais quer a nível mundial, quer a nível regional em que se integra. Aliás, a adoção formal destas normas e práticas fazem parte do conjunto da legislação necessária no âmbito da adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio (OMC), que exige aos países membros que satisfaçam os requisitos do Acordo da OMC sobre os Aspetos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (TRIPS), assim como sua compaginação com algumas disposições das convenções internacionais reguladas pela OMPI.

Com o presente diploma, dota-se Timor-Leste de um importante instrumento de regulação no âmbito da propriedade industrial, procurando harmonizar as opções nele vertidas com as regras internacionais em matéria de propriedade industrial, bem assim com as disposições constantes das Convenções Internacionais que regulam a matéria, adequando-a de forma explícita e direta aos mais relevantes princípios, de modo a dotar o país de um Código moderno, atualizado, eficaz e internacionalmente adaptado.

Por fim, salienta-se que o presente Código é composto de 282 artigos, englobados em vários títulos, capítulos, secções e subsecções, inspira-se nos ensinamentos do direito comparado e particularmente nas orientações decorrentes dos acordos e convenções inerentes à adesão à OMC e procura desenvolver amplamente toda a matéria relacionada com a propriedade industrial. Por isso, compila e inclui alguns assuntos de natureza tipicamente regulamentar, numa linguagem simples e muitas vezes descritiva, seguramente com o objetivo de facilitar o seu manuseamento e a sua consulta por todos aqueles que, no exercício das suas atividades científicas, criativas e económicas, tenham necessidade de o utilizar.

Assim,

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República, a seguinte proposta de lei:

Lei n.º /2024

de de

Código da Propriedade Industrial

O artigo 60.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste determina que compete ao Estado garantir e proteger a criação, produção e comercialização de trabalhos literários, científicos e artísticos, em que se podem incluir os direitos de propriedade industrial, no entendimento de que os direitos garantidos no âmbito propriedade intelectual abrangem os direitos de autor e os de propriedade industrial.

No entanto, a matéria relativa à propriedade industrial não está ainda regulada no ordenamento jurídico nacional. Esta questão vem abordada no artigo 1223.º do Código Civil, segundo o qual os direitos de autor e a propriedade industrial estão sujeitos a legislação especial, sem prejuízo da aplicação subsidiária desse código, quando se harmonizem com a natureza daqueles direitos e não contrariem o regime para eles especialmente estabelecido.

Ora, a propriedade industrial é o ramo da propriedade intelectual que trata das criações intelectuais voltadas para as atividades da indústria, comércio e prestação de serviços que engloba, nomeadamente, a proteção das invenções (patente de invenção e modelo de utilidade), desenhos industriais, marcas, indicações geográficas, recompensas, logótipos, etc., bem como a repressão da concorrência desleal. Ou seja, é uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento de um país, pois, ela decorre diretamente da capacidade inventiva, criadora e tecnológica das pessoas.

Salienta-se, também, como entendimento já generalizado na pática económica, que a propriedade industrial, enquanto qualificação "industrial", não se resume às criações industriais propriamente ditas, mas estende-se na mais ampla aceção e aplica-se não só à indústria e ao comércio propriamente ditos, mas também às indústrias agrícolas, extrativas e a todos os produtos manufaturados ou naturais, conforme decorre da Convenção de Paris sobre a Propriedade Industrial.

Assim, a regulação da propriedade industrial torna-se num incentivo crítico à inovação e criatividade, que por sua vez são essenciais para o sucesso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, posto que somente através da criatividade humana será possível desenvolver novas soluções que: erradiquem a pobreza; aumentem a sustentabilidade agrícola e garantam a segurança alimentar; combatam as doenças; melhorem a educação; protejam o meio ambiente e acelerem a transição para uma economia de baixo carbono; aumentem a produtividade e a competitividade dos negócios, conforme entendimento já partilhado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Cabe ainda realçar que a inovação é essencialmente uma questão empresarial, na medida em que são as empresas que transportam os novos produtos e serviços para o mercado, bem como introduzem novas formas de produção e novos modelos de negócios que carecem muitas vezes de proteção, para evitar o uso indevido por parte de outrem, de forma a incentivar ou financiar a continuidade sustentável das inovações.

Nesta conformidade, a institucionalização e a regulação de um sistema de registo nesta matéria é uma condição de garantia da efetividade dos direitos da propriedade industrial e podem proporcionar retorno económico para quem investe esforço e trabalho no desenvolvimento de criações intelectuais e ainda contribuem para proteger os elementos da expressão cultural, oral de diversos países em desenvolvimento. Com essa proteção, esses elementos podem ser explorados legalmente e os benefícios revertidos para os países e culturas de origem.

Todavia, para que isso aconteça, é preciso haver um ambiente de negócios favorável proporcionado pelo Estado, que propicie uma maior interação e desempenho por parte das empresas, com definição de políticas apropriadas e eficazes que as incentivem a inovar e que atraiam mais investimento estrangeiro com o intuito de desenvolverem negócios

capazes de oferecer produtos e serviços que possam competir na escala global.

Além disso, a participação competitiva e cada vez mais integrada de Timor-Leste na economia mundial exige uma abordagem acerca da proteção da propriedade industrial de forma harmonizada com as normas e as práticas internacionais quer a nível mundial, quer a nível regional em que se integra. Aliás, a adoção formal destas normas e práticas fazem parte do conjunto da legislação necessária no âmbito da adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio (OMC), que exige aos países membros que satisfaçam os requisitos do Acordo da OMC sobre os Aspetos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (TRIPS), assim como sua compaginação com algumas disposições das convenções internacionais reguladas pela OMPI.

Com o presente diploma, dota-se Timor-Leste de um importante instrumento de regulação no âmbito da propriedade industrial, procurando harmonizar as opções nele vertidas com as regras internacionais em matéria de propriedade industrial, bem assim com as disposições constantes das Convenções Internacionais que regulam a matéria, adequando-a de forma explícita e direta aos mais relevantes princípios, de modo a dotar o país de um Código moderno, atualizado, eficaz e internacionalmente adaptado.

Por fim, salienta-se que o presente Código é composto de 282 artigos, englobados em vários títulos, capítulos, secções e subsecções, inspira-se nos ensinamentos do direito comparado e particularmente nas orientações decorrentes dos acordos e convenções inerentes à adesão à OMC e procura desenvolver amplamente toda a matéria relacionada com a propriedade industrial. Por isso, compila e inclui alguns assuntos de natureza tipicamente regulamentar, numa linguagem simples e muitas vezes descritiva, seguramente com o objetivo de facilitar o seu manuseamento e a sua consulta por todos aqueles que, no exercício das suas atividades científicas, criativas e económicas, tenham necessidade de o utilizar.

Assim,

O Parlamento Nacional decreta, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

A presente lei aprova o Código da Propriedade Industrial em anexo, e dela faz parte integrante.

Artigo 2.º
Serviço público responsável pela Propriedade Industrial

O Governo promove a criação de um serviço público, dotado da necessária autonomia, responsável pela gestão dos assuntos referentes à propriedade industrial.

Artigo 3.º
Regulamentação

O Código de Propriedade Industrial, em anexo ao presente diploma é regulamentado por decreto-lei.

Artigo 4.º
Disposições transitórias

1. Enquanto não for criado o serviço público responsável pela gestão dos assuntos referentes à propriedade industrial, todos os atos inerentes a esta matéria são da competência do serviço competente do departamento governamental responsável pela área da indústria, nos termos da respetiva orgânica.
2. Enquanto não for criado o Boletim da Propriedade Industrial, as publicações a que o Código aprovado pelo presente diploma se refere, são feitas na II Série do *Jornal da República*.

Artigo 5.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

Aprovada em

A Presidente do Parlamento Nacional,

_____

Maria Fernanda Lay

Promulgada em

Publique-se.

O Presidente da República,

_____

José Ramos-Horta

ANEXO

(a que se refere o artigo 1.º)

CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objeto

O presente Código da Propriedade Industrial, adiante designado Código, estabelece o regime da propriedade industrial, os princípios e as regras a que o mesmo está sujeito.

Artigo 2.º
Âmbito da propriedade industrial

Cabem no âmbito da propriedade industrial a indústria e o comércio propriamente ditos, as indústrias das pescas, agrícolas, florestais, pecuárias e extrativas, bem como todos os produtos naturais ou fabricados e os serviços.

Artigo 3.º
Âmbito pessoal de aplicação

1. O presente Código é aplicável a todas as pessoas, singulares ou coletivas, timorenses ou estrangeiras, nacionais de estados-membros das organizações internacionais para a Propriedade Industrial das quais Timor-Leste seja parte, sem dependência de condição de domicílio ou estabelecimento, salvo disposições especiais sobre competência e processo.
2. São equiparados, para efeitos deste Código, a nacionais dos países membros das organizações internacionais das quais Timor-Leste seja parte, os nacionais de quaisquer outros Estados que tiverem domicílio real e efetivo no território de um dos países membros destas organizações internacionais.
3. Relativamente a quaisquer outros estrangeiros, observa-se o disposto nas convenções entre Timor-Leste e os respetivos países e, na falta destas, o regime de reciprocidade.

Artigo 4.º
Definições

1. Para efeitos do presente Código, entende-se por:
   a) "Boletim da Propriedade Industrial", a publicação oficial gerida pela entidade competente, que contém avisos, declarações e outras informações públicas, cuja publicitação é obrigatória ao abrigo do presente Código;
   b) "Classificação de Locarno", a classificação segundo o Acordo de Locarno que Estabelece uma Classificação Internacional para os Desenhos e Modelos Industriais, assinada em 8 de outubro de 1968, na sua versão revista e alterada;
   c) "Classificação de Nice", a classificação segundo o Acordo de Nice relativo à Classificação Internacional dos Produtos e Serviços para Fins de Registo de Marcas, de 15 de junho de 1957, na sua última versão revista;
   d) "Classificação Internacional de Patentes", a classificação comum das patentes, como estabelecido pelo Acordo de Estrasburgo relativo à Classificação Internacional das Patentes, de 24 de março de 1971, na sua última versão alterada;
   e) "Convenção de Paris", a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, de 20 de março de 1883, na sua última versão alterada;
   f) "Entidade competente", o serviço público responsável pela gestão dos assuntos referentes à propriedade industrial, para exercer os poderes e as competências aplicáveis, nos termos previstos no presente Código;

g) "Exposição internacional", evento realizado com a participação de diversos países, oficial ou oficialmente reconhecido no âmbito da Convenção sobre Exposições Internacionais, assinada em 22 de novembro de 1928, na sua última versão alterada;

h) "Inventor", a pessoa singular ou coletiva que criou uma invenção;

i) "OMC", Organização Mundial do Comércio;

j) "Produto", bem de consumo ou de uso humano, natural ou agrícola, ou qualquer bem transformado de artesanato ou industrial;

k) "Requerente", a pessoa singular ou coletiva que fez o pedido de proteção nos termos do presente Código;

l) "Titular", a pessoa singular ou coletiva que está devidamente habilitada como detentor legal de um direito registado ao abrigo do presente Código;

m) "Tratado de Budapeste", o Tratado sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Microrganismos para efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes, feito em Budapeste a 28 de abril de 1977, na sua última versão alterada;

n) "Tribunal competente", o Tribunal com competências em matéria dos litígios emergentes das relações jurídicas administrativas, nos termos da Lei da Organização Judiciária.

Artigo 5.º
Função da propriedade industrial

1. A propriedade industrial desempenha a função de garantir a lealdade da concorrência, pela atribuição de direitos privativos sobre os diversos processos técnicos de produção e desenvolvimento da riqueza.
2. A proteção e a aplicação dos direitos de propriedade industrial visam contribuir para a promoção da inovação e a transferência e a divulgação do desenvolvimento da tecnologia, bem como proporcionar vantagens mútuas entre produtores e utilizadores do conhecimento tecnológico, de modo a criar condições de bem-estar social e económico, em geral.

Artigo 6.º
Garantia dos direitos da propriedade industrial

Sem prejuízo do previsto no presente Código, os direitos da propriedade industrial gozam das garantias estabelecidas na lei geral sobre o direito da propriedade e das previstas pelas convenções internacionais sobre propriedade industrial de que Timor-Leste seja parte e pelo presente Código.

Artigo 7.º
Medidas restritivas

O exercício dos direitos da propriedade industrial pode ser sujeito a medidas restritivas necessárias para proteger a saúde pública e a nutrição, promover o interesse público em setores de importância vital para o desenvolvimento socioeconómico e tecnológico em Timor-Leste, ou para impedir práticas que restrinjam inutilmente as trocas comerciais, desde que estas medidas sejam conforme e proporcionais com as disposições do presente Código.

Artigo 8.º
Âmbito territorial e efeitos de registo

1. Os direitos conferidos pela propriedade industrial abrangem todo o território nacional.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a concessão de direitos de propriedade industrial constitui mera presunção jurídica do preenchimento dos requisitos da sua concessão.
3. O registo das recompensas garante a veracidade e autenticidade dos títulos da sua concessão e assegura aos titulares o seu uso exclusivo, por tempo indeterminado.
4. O registo de marcas, de logótipos, de denominações de origem e de indicações geográficas constitui um direito ao uso exclusivo dos mesmos pelo respetivo titular, e, quando anterior, constitui fundamento bastante para a recusa, pelos serviços competentes de registo de outros com ele confundíveis.
5. O registo anterior constitui fundamento bastante para a recusa, pelos serviços competentes, de registo de outros com ele confundíveis.
6. O direito de requerer a anulação referida no número anterior caduca no prazo máximo de 10 anos a partir da data da prática do ato anulável ou, a contar da publicação no Jornal da República, da constituição ou de alteração da denominação social ou firma da pessoa coletiva.

Artigo 9.º
Proteção provisória

1. O pedido de patente, de modelo de utilidade ou de registo confere provisoriamente ao respetivo requerente, a partir da respetiva publicação, proteção idêntica à atribuída pela concessão do direito.
2. A proteção provisória a que se refere o número anterior é oponível, ainda antes da publicação, a quem tenha sido notificado da apresentação do pedido e tenha recebido os elementos necessários constantes do processo.
3. As sentenças judiciais relativas às proteções devem ser suspensas até a concessão ou recusa definitiva da patente, do modelo de utilidade ou do registo.

Artigo 10.º
Prova dos direitos

1. A prova dos direitos de propriedade industrial referidos neste Código faz-se por meio de títulos.
2. Os títulos devem conter os elementos necessários para uma perfeita identificação do direito a que se referem.
3. Os certificados de direitos de propriedade industrial emitidos por organizações internacionais para produzir efeitos em Timor-Leste têm o valor dos títulos a que se referem os números anteriores.
4. Aos titulares dos direitos de propriedade industrial podem ser passados certificados de conteúdo análogo ao do respetivo título.
5. Mediante solicitação do requerente do pedido ou do titular são passados, de igual modo:
   a) Certificados dos pedidos;

b) Certificados de proteção de direitos de propriedade industrial concedidos por organizações internacionais, para produzir efeitos em Timor-Leste.

Artigo 11.º
Restabelecimento de direitos

1. O requerente ou titular de um direito de propriedade industrial que, por razões que lhe não possam ser imputáveis diretamente, não tenha cumprido o prazo para a prática dum ato cuja inobservância implique a sua não concessão ou afete a respetiva validade, pode, se o requerer, ser restabelecido nos seus direitos.
2. O requerimento, devidamente fundamentado, deve ser apresentado por escrito, no prazo de dois meses a contar da cessação do facto que impediu o cumprimento do prazo, sendo apenas admitido, em qualquer caso, no período de um ano, a contar do termo do prazo não observado.
3. O ato omitido deve ser cumprido no decurso do prazo de dois meses, referido no número anterior, conjuntamente com o pagamento de uma taxa de restabelecimento de direitos.
4. Não é aplicável o disposto no presente artigo aos prazos referidos nos n.ºs 2 e 3, bem como nos artigos 228.º e 232.º quando, em relação ao mesmo direito de propriedade industrial, estiver pendente algum processo de declaração de caducidade.
5. O requerente ou o titular de um direito que seja restabelecido nos seus direitos, não pode invocá-los perante um terceiro que, de boa-fé, durante o período compreendido entre a perda dos direitos conferidos e a publicação da menção do restabelecimento desses direitos, tenha iniciado a exploração ou a comercialização do objeto do direito ou feito preparativos efetivos e sérios para a sua exploração e comercialização.
6. Quando se trate de pedidos de registo ou de registos, o terceiro que possa prevalecer-se do disposto no número anterior, pode, no prazo de dois meses, a contar da data da publicação da decisão do restabelecimento dos direitos, deduzir oposição contra a mesma.

Artigo 12.º
Registo da propriedade industrial

1. A entidade competente organiza e mantém um sistema de registo da Propriedade Industrial, nos termos previstos no presente Código.
2. Do registo constam, nomeadamente, os pedidos feitos e os direitos concedidos ou registados nos termos do presente Código, bem como outras informações cujo averbamento nele se prevê no presente Código.

TÍTULO II
REGIMES JURÍDICOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CAPÍTULO I
MARCAS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

SUBSECÇÃO I
MARCAS DE PRODUTOS OU SERVIÇOS

Artigo 13.º
Constituição da marca

1. A marca pode ser constituída por um sinal ou conjunto de sinais suscetíveis de representação gráfica, nomeadamente palavras, incluindo nomes de pessoas, desenhos, letras, números, sons, a forma do produto ou da respetiva embalagem, desde que sejam adequados a distinguir os produtos ou serviços de uma empresa dos de outras empresas.
2. A marca pode, igualmente, ser constituída por frases publicitárias para os produtos ou serviços a que respeitem, desde que possuam carácter distintivo, independentemente da proteção que lhe seja reconhecida pela lei dos direitos de autor.

Artigo 14.º
Exclusões

1. São excluídos do conceito de marca previsto no artigo anterior:
   a) As marcas desprovidas de qualquer carácter distintivo;
   b) Os sinais constituídos, exclusivamente, pela forma imposta pela própria natureza do produto, pela forma do produto necessária à obtenção de um resultado técnico ou pela forma que confira um valor substancial ao produto;
   c) Os sinais constituídos, exclusivamente, por indicações que possam servir no comércio para designar a espécie, a qualidade, a quantidade, o destino, o valor, a proveniência geográfica, a época, ou meio de produção do produto ou da prestação do serviço, ou outras características dos mesmos;
   d) As marcas constituídas, exclusivamente, por sinais ou indicações que se tenham tornado usuais na linguagem corrente ou nos hábitos leais e constantes do comércio;
   e) As cores, salvo se forem combinadas entre si ou com gráficos, dizeres ou outros elementos, de forma peculiar e distintiva.
2. Os elementos genéricos referidos nas alíneas a), c) e d) do número anterior, que entrem na composição de uma marca, não serão considerados de uso exclusivo do requerente, exceto quando, na prática comercial, os sinais tiverem adquirido eficácia distintiva.

Artigo 15.º
Não exclusividade

A pedido do requerente ou do reclamante, a entidade competente indica, no despacho de concessão, quais os elementos constitutivos da marca que não constituem exclusividade do requerente.

Artigo 16.º
Propriedade e exclusividade

1. O registo confere ao seu titular o direito de propriedade e do exclusivo da marca para os produtos e serviços a que esta se destina.
2. O Estado pode, igualmente, gozar da propriedade e do exclusivo das marcas que usa,

desde que satisfaça as disposições legais.

Artigo 17.º
Direito ao registo

O direito ao registo da marca cabe a quem nisso tenha legítimo interesse, e, designadamente:

a) Aos industriais ou fabricantes, para assinalar os produtos do seu fabrico;

b) Aos comerciantes, para assinalar os produtos do seu comércio;

c) Aos agricultores e produtores, para assinalar os produtos da sua atividade;

d) Aos criadores ou artífices, para assinalar os produtos da sua arte, ofício ou profissão;

e) Aos que prestam serviços, para assinalar a respetiva atividade.

Artigo 18.º
Registo por agente ou representante do titular

1. Se o agente oficial da propriedade industrial ou mandatário do titular de uma marca registada num dos países membros da OMC, mas não registada em Timor-Leste, requerer o registo dessa marca em seu próprio nome, sem autorização do referido titular, tem este o direito de se opor, a menos que o requerente justifique o seu procedimento.
2. Para efeitos do presente diploma, é considerado agente oficial da propriedade industrial todo aquele for reconhecido ou acreditado junto serviço público responsável pela gestão dos assuntos referentes à propriedade industrial, para exercerem atos da propriedade industrial em nome e no interesse das partes que forem seus clientes e constituintes, com dispensa da exibição de procuração.
3. O Governo define, por Decreto-Lei, o regime das condições de acesso e de exercício de agente da propriedade industrial.

Artigo 19.º
Marca livre

1. Aquele que usar marca livre ou não registada por prazo não superior a seis meses tem, durante esse prazo, direito de prioridade para efetuar o registo, podendo reclamar contra o que for requerido por outrem.
2. A veracidade dos documentos oferecidos para prova deste direito de prioridade é apreciada livremente, salvo se se tratar de documentos autênticos.

SUBSECÇÃO II
MARCA COLETIVA E MARCA DE CERTIFICAÇÃO

Artigo 20.º
Marca coletiva

1. Marca coletiva é um sinal determinado pertencente a uma marca de associação de pessoas singulares ou coletivas cujos membros o usam, ou têm intenção de usar, para distinguir os produtos ou serviços dos membros da associação dos de outras entidades.

2. Podem constituir marca coletiva os sinais ou indicações utilizadas no comércio para designar a origem geográfica dos produtos ou serviços.
3. O registo da marca coletiva dá, ainda, ao seu titular o direito de disciplinar a comercialização dos respetivos produtos, nas condições estabelecidas na lei, nos estatutos respetivos ou regulamentos internos.

Artigo 21.º
Marca de certificação

1. Marca de certificação é um sinal determinado, pertencente a uma pessoa singular ou coletiva que controla os produtos ou os serviços, ou estabelece normas a que estes devem obedecer.
2. O sinal referido no número anterior serve para ser utilizado nos produtos ou serviços submetidos àquele controlo ou para os quais as normas foram estabelecidas.
3. Aplica-se à marca de certificação o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 22.º
Direito ao registo

1. O direito ao registo das marcas coletivas ou das marcas de certificação compete:
   a) Às pessoas coletivas a que seja legalmente atribuída ou reconhecida uma marca de garantia ou de certificação e possam aplicá-la a certas e determinadas qualidades dos produtos ou serviços;
   b) Às pessoas coletivas que tutelam, controlam ou certificam atividades económicas, para assinalar os produtos dessas atividades, ou que sejam provenientes de certas regiões, conforme os seus fins e nos termos dos respetivos estatutos ou diplomas orgânicos.
2. As pessoas coletivas a que se refere a alínea b) do número anterior devem promover a inserção, nos respetivos diplomas orgânicos, estatutos ou regulamentos internos, de disposições em que se designem as pessoas que têm direito a usar a marca, as condições em que deve ser utilizada e os direitos e obrigações dos interessados no caso de usurpação ou contrafação.

Artigo 23.º
Disposições aplicáveis

São aplicáveis às marcas coletivas, com as devidas adaptações, as disposições do presente Código relativas às marcas de produtos e serviços.

SECÇÃO II
PROCESSO DE REGISTO

Artigo 24.º
Pedido

1. O pedido de registo de marca é feito em requerimento que indique ou contenha:

a) O nome, a firma ou a denominação social do requerente, a sua nacionalidade e o seu domicílio ou o lugar em que está estabelecido;

b) Os produtos ou serviços a que a marca se destina, agrupados pela ordem das classes da Classificação de Nice e designados em termos precisos, de preferência pelos termos da lista alfabética da referida classificação;

c) A indicação expressa de que a marca é de associação, ou de certificação, caso o requerente pretenda registar uma marca coletiva;

d) A indicação expressa de que a marca é tridimensional ou sonora;

e) O número do registo da recompensa figurada ou referida na marca;

f) As cores em que a marca é usada, se forem reivindicadas como elemento distintivo;

g) O país onde tenha sido apresentado o primeiro pedido de registo da marca, a data e o número dessa apresentação, no caso de o requerente pretender reivindicar o direito de prioridade;

h) A indicação da data a partir da qual usa a marca, no caso previsto no artigo 19.º;

i) A assinatura do requerente ou do respetivo mandatário.

2. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 223.º, é concedida prioridade ao pedido de registo que primeiro apresentar, para além dos elementos exigidos no número anterior, uma representação da marca pretendida.

3. Os pedidos podem ser apresentados em suporte eletrónico nos termos a regulamentar por diploma do Governo.

Artigo 25.º
Instrução do pedido

1. Ao requerimento devem juntar-se, com observância dos requisitos formais exigidos, os documentos seguintes:

a) Duas representações gráficas da marca, sempre que possível em fotocópia ou desenho, impressas, ou coladas, no espaço do impresso a elas destinado;

b) Um fotolito, ou outro suporte exigido pelo serviço competente, com a reprodução do sinal que se pretende registar;

c) Representação gráfica, por frases musicais, dos sons que entrem na composição da marca.

2. O requerimento deve ainda ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) Autorização do titular do registo de marca estrangeira de que o requerente seja agente ou representante em Timor-Leste;

b) Autorização de pessoa cujo nome, firma, denominação social, logótipo, nome ou insígnia de estabelecimento, ou retrato, figure na marca e não seja o requerente;

c) Indicação das disposições legais, estatutárias ou dos regulamentos internos que disciplinam o seu uso, quando se trate de marcas coletivas;

d) Autorização para incluir na marca, ou como elemento da marca, quaisquer bandeiras, armas, escudos, símbolos, brasões ou emblemas do Estado, municípios ou outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, distintivos, selos e sinetes oficiais, de fiscalização e garantia, emblemas privativos ou denominação de pessoas coletivas de utilidade pública;

e) Diploma de condecoração, ou outras distinções, referidas ou reproduzidas na marca, que não devam considerar-se recompensas;

f) Certidão do registo competente, comprovativo do direito a incluir na marca o nome ou qualquer referência a determinada propriedade rústica ou urbana e autorização do proprietário para esse efeito, se este não for o requerente;

g) Autorização do titular de registo anterior e do possuidor de licença exclusiva, se a houver, e salvo disposição em contrário no contrato, para os efeitos do disposto no artigo 34.º.

3. A falta dos requisitos referidos no n.º 2 não obsta à relevância do requerimento para efeito de prioridade.

4. Quando a marca contenha inscrições em caracteres pouco conhecidos, o requerente deve apresentar transliteração e, se possível, tradução dessas inscrições.

Artigo 26.º
Unicidade do registo

A mesma marca, destinada ao mesmo produto ou serviço, só pode ter um registo.

Artigo 27.º
Publicação do pedido

1. Da apresentação do pedido publica-se aviso no Boletim da Propriedade Industrial, para efeito de reclamação de quem se julgar prejudicado pela eventual concessão do registo.

2. A publicação a que se refere o número anterior deve conter a reprodução da marca, a classificação dos produtos e serviços nas respetivas classes e mencionar as informações e indicações a que se refere o n.º 1 do artigo 24.º.

3. Compete à entidade competente verificar a classificação a que se refere o número anterior, corrigindo-a, se for caso disso.

Artigo 28.º
Formalidades subsequentes

1. Decorrido o prazo para apresentação de reclamações, ou quando se mostre finda a discussão, a entidade competente procede ao estudo do processo, o qual consiste no exame da marca registanda e sua comparação com outras marcas e sinais distintivos do comércio.

2. O despacho deve ser proferido no prazo de 12 meses a contar da data da publicação do Boletim da Propriedade Industrial que contém o aviso do pedido.

3. O registo é concedido quando, efetuado o exame, não tiver sido detetado fundamento de recusa e a reclamação, se a houver, for considerada improcedente.

4. O registo é, desde logo, recusado quando a reclamação for considerada procedente.

5. O registo é liminarmente recusado quando o exame revelar fundamento de recusa e a reclamação, se a houver, não tiver sido considerada procedente.

6. Da recusa provisória é feita a correspondente notificação, devendo o requerente responder, no prazo de dois meses, sob cominação da recusa se tornar definitiva, podendo este prazo ser prorrogado, pelo mesmo período, a requerimento do interessado.

7. Só podem ser concedidas novas prorrogações do prazo a que se refere o número anterior, se não houver prejuízo de direitos de terceiros e forem justificadas por motivos atendíveis.

8. Se, perante a resposta do requerente, se concluir que a recusa não tem fundamento, ou que eventuais vícios ou irregularidades apontados foram sanados, o despacho é proferido no prazo de dois meses a contar da apresentação da referida resposta, sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 226.º.

9. Se, perante a resposta do requerente, não houver alteração de avaliação, a recusa provisória é objeto de despacho definitivo.

10. Do despacho definitivo deve ser efetuada a notificação, nos termos do n.º 1 do artigo 232.º, com a indicação do Boletim da Propriedade Industrial em que o respetivo aviso é publicado.

Artigo 29.º
Fundamentos de recusa do registo

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 240.º, o registo de uma marca é recusado quando esta:

   a) Seja constituída por sinais insuscetíveis de representação gráfica;

   b) Seja constituída por sinais desprovidos de qualquer carácter distintivo;

   c) Seja constituída, exclusivamente, por sinais ou indicações referidas nas alíneas b) a e) do n.º 1 do artigo 14.º;

   d) Houver infração ao disposto no artigo 18.º.

2. No caso previsto na alínea d) do número anterior, em vez da recusa do registo, pode ser concedida a sua transmissão, total ou parcial, a favor do titular, se este a tiver pedido.

3. Não é recusado o registo de uma marca constituída, exclusivamente, por sinais ou indicações referidas nas alíneas a), c) e d) do n.º 1 do artigo 14.º, se esta tiver adquirido carácter distintivo.

Artigo 30.º
Outros fundamentos de recusa

É recusado o registo de marcas que contrariem o disposto nos artigos 13.º, 17.º e 26.º ou que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos:

a) Bandeiras, armas, escudos e emblemas ou outros sinais do Estado, municípios ou outras entidades públicas, nacionais ou estrangeiras, sem autorização competente e abrangidos, pelas Convenções Internacionais das quais Timor-Leste seja parte;

b) Distintivos, selos e sinetes oficiais, de fiscalização e garantia, quanto a marcas destinadas a produtos ou serviços, idênticos ou afins, daqueles em que os mesmos têm de ser aplicados, salvo autorização;

c) Brasões ou insígnias heráldicas, medalhas, condecorações, apelidos, títulos e distinções honoríficas a que o requerente não tenha direito ou, quando o tenha, se daí resultar o desrespeito e o desprestígio de semelhante sinal;

d) O emblema ou denominação de instituições de utilidade pública ou de organismos a que o Governo tenha concedido direito exclusivo ao seu uso, salvo autorização especial;

e) Medalhas de fantasia ou desenhos suscetíveis de confusão com as condecorações oficiais ou com as medalhas e recompensas concedidas em concursos e exposições oficiais;

f) A firma, denominação social, logótipo, nome e insígnia de estabelecimento, ou apenas parte característica dos mesmos, que não pertençam ao requerente, ou que o mesmo não esteja autorizado a usar, se for suscetível de induzir o consumidor em erro ou confusão;

g) Nomes, retratos ou quaisquer expressões ou figurações, sem que tenha sido obtida autorização das pessoas a que respeitem e, sendo já falecidos, dos seus herdeiros ou parentes até ao quarto grau ou, ainda que obtida, se produzir o desrespeito ou desprestígio daquelas pessoas;

h) Sinais que constituam infração de direitos de autor ou de direitos de propriedade industrial;

i) Sinais com elevado valor simbólico, nomeadamente símbolos religiosos, salvo autorização;

j) Expressões, ou figuras, contrárias à moral ou aos bons costumes, bem como ofensivas da legislação nacional, ou da ordem pública;

k) Sinais que sejam suscetíveis de induzir em erro o público, nomeadamente sobre a natureza, qualidades, utilidade ou proveniência geográfica do produto ou serviço a que a marca se destina;

l) Reprodução ou imitação, no todo ou em parte, de marca anteriormente registada por outrem para produtos ou serviços idênticos ou afins, que possa induzir em erro ou confusão o consumidor ou que compreenda o risco de associação com a marca registada.

Artigo 31.º
Imitação de embalagens ou rótulos não registados

1. É recusado o registo das marcas que constituam reprodução ou imitação de determinado aspeto exterior, nomeadamente de embalagem, ou rótulo, com as respetivas formas, cor e disposição de dizeres, medalhas, recompensas e demais elementos, comprovadamente usados por outrem com as suas marcas registadas.
2. Os interessados na recusa dos registos das marcas a que se refere o número anterior só podem intervir no respetivo processo depois de terem efetuado o pedido de registo da sua marca com os elementos do aspeto exterior referidos no número anterior.

Artigo 32.º
Marcas notórias

1. É recusado o registo de marca que, no todo ou em parte essencial, constitua reprodução, imitação ou tradução de outra notoriamente conhecida em Timor-Leste, se for aplicada a produtos ou serviços idênticos ou afins e com ela possa confundir-se, ou se, dessa aplicação, for possível estabelecer uma associação com o titular da marca notória.
2. Os interessados na recusa dos registos das marcas a que se refere o número anterior só podem intervir no respetivo processo depois de terem efetuado o pedido de registo

da marca que dá origem e fundamenta o seu interesse.

Artigo 33.º
Marcas de prestígio

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o pedido de registo é igualmente recusado se a marca, ainda que destinada a produtos ou serviços sem identidade ou afinidade, constituir tradução, ou for igual ou semelhante, a uma marca anterior que goze de prestígio em Timor-Leste e sempre que o uso da marca posterior procure tirar partido indevido do carácter distintivo ou do prestígio da marca, ou possa prejudicá-los.

Artigo 34.º
Declaração de consentimento

O registo de marca suscetível de confusão com marcas ou outros direitos de propriedade industrial anteriormente registados, exige declaração de consentimento dos titulares desses direitos e dos possuidores de licenças exclusivas, se os houver, e os contratos não dispuserem de forma diferente.

Artigo 35.º
Recusa parcial

Quando existam motivos para recusa do registo de uma marca apenas no que respeita a alguns dos produtos ou serviços para que este foi pedido, a recusa abrange, apenas, esses produtos ou serviços.

Artigo 36.º
Imitação ou usurpação

1. Considera-se que há imitação ou usurpação, no todo ou em parte, de marca por uma outra quando, cumulativamente:
   a) Uma marca já esteja anteriormente registada e tenha prioridade;
   b) Sejam ambas destinadas a assinalar produtos ou serviços idênticos ou afins;
   c) Tenham tal semelhança gráfica, figurativa, fonética ou outra que induza facilmente o consumidor em erro ou confusão, ou que compreenda um risco de associação com marca anteriormente registada, de forma que o consumidor não as possa distinguir senão depois de exame atento ou confronto.
2. Para os efeitos do disposto na alínea b) do número anterior:
   a) Produtos e serviços que estejam inseridos na mesma classe da Classificação de Nice podem não ser considerados afins;
   b) Produtos e serviços que não estejam inseridos na mesma classe da Classificação de Nice podem ser considerados afins.
3. Considera-se imitação ou usurpação parcial de marca o uso de certa denominação de fantasia que faça parte de marca alheia anteriormente registada.

SECÇÃO III
EFEITOS DO REGISTO

Artigo 37.º
Duração

A duração do registo é de 10 anos, contados a partir da data da respetiva concessão, podendo ser sucessivamente renovado por iguais períodos.

Artigo 38.º
Declaração de intenção de uso

1. A cada cinco anos, a contar da data do registo, salvo quando forem devidas as taxas relativas à renovação, deve ser apresentada no serviço da entidade competente uma declaração de intenção de uso da marca.
2. A declaração referida no número anterior é apresentada no prazo de um ano, que se inicia seis meses antes e termina seis meses após o termo do período de cinco anos a que respeita.
3. As marcas para as quais essa declaração não foi apresentada não são oponíveis a terceiros, sendo declarada a caducidade do respetivo registo pela entidade competente a requerimento de qualquer interessado, ou quando se verifique prejuízo de direitos de terceiros no momento da concessão de outros registos.
4. Se não tiver sido pedida nem declarada a caducidade do registo, este é novamente considerado em pleno vigor desde que o titular faça prova de uso da marca.
5. No caso previsto no n.º 3 há sempre lugar a notificação do titular do registo.
6. Havendo uma extensão posterior ao registo, essa declaração não pode ser exigida antes de completados cinco anos a partir da data da extensão.

Artigo 39.º
Indicação do registo

Durante a vigência do registo, o seu titular pode usar nos produtos as palavras "Marca registada" ou as iniciais "M.R.".

Artigo 40.º
Direitos conferidos pelo registo

O registo da marca confere ao seu titular o direito de impedir terceiros de usar, sem o seu consentimento, no exercício de atividades económicas, qualquer sinal igual, ou semelhante, em produtos ou serviços idênticos ou afins daqueles para os quais a marca tenha sido registada, e que, em consequência da semelhança entre os sinais e da afinidade dos produtos ou serviços, possa causar um risco de confusão, ou associação, no espírito do consumidor.

Artigo 41.º
Esgotamento do direito

1. Os direitos conferidos pelo registo não permitem ao seu titular proibir o uso da marca em produtos comercializados, pelo próprio ou com o seu consentimento, no território de Timor-Leste.
2. O disposto no número anterior não é aplicável sempre que existam motivos legítimos, nomeadamente quando o estado desses produtos seja modificado ou alterado após a

sua colocação no mercado.

Artigo 42.º
Limitações aos direitos conferidos pelo registo

Os direitos conferidos pelo registo da marca não permitem ao seu titular impedir terceiros de a usar, na sua atividade económica, desde que tal seja feito em conformidade com as normas e os usos em matéria industrial e comercial:

a) O seu próprio nome e endereço;

b) Indicações relativas à espécie, à qualidade, à quantidade, ao destino, ao valor, à proveniência geográfica, à época e meio de produção do produto ou da prestação do serviço ou a outras características dos produtos ou serviços;

c) A marca, sempre que tal seja necessário para indicar o destino de um produto ou serviço, nomeadamente sob a forma de acessórios ou peças sobressalentes.

Artigo 43.º
Inalterabilidade da marca

1. A marca deve conservar-se inalterada, ficando qualquer mudança nos seus elementos sujeita a novo registo.
2. Do disposto no número anterior excetuam-se as simples modificações que não prejudiquem a identidade da marca e só afetem as suas proporções, o material em que tiver sido cunhada, gravada ou reproduzida e a tinta ou a cor, se esta não tiver sido expressamente reivindicada como uma das características da marca.
3. Também não prejudica a identidade da marca a inclusão ou supressão da indicação expressa do produto ou serviço a que a marca se destina e do ano de produção, nem a alteração relativa ao domicílio ou lugar em que o titular está estabelecido.
4. A marca nominativa só está sujeita às regras da inalterabilidade no que respeita às expressões que a constituem, podendo ser usada com qualquer aspeto figurativo desde que não ofenda direitos de terceiros.

SECÇÃO IV
TRANSMISSÃO E LICENÇAS

Artigo 44.º
Transmissão

1. Os registos de marcas são transmissíveis, se tal não for suscetível de induzir o público em erro quanto à proveniência do produto ou do serviço ou aos caracteres essenciais para a sua apreciação.
2. Quando a transmissão for parcial em relação aos produtos ou serviços, deve ser requerida cópia do processo, que serve de base a registo autónomo, incluindo o direito ao título.
3. Aos pedidos de registo é aplicável o disposto nos números anteriores e, no caso de transmissão parcial, os novos pedidos conservam as prioridades a que tinham direito.
4. O titular de uma marca registada tem o direito de renunciar a marca com ou sem a transferência do negócio ao qual a marca pertence.

Artigo 45.º
Limitações à transmissão

As marcas registadas a favor dos organismos que tutelam ou controlam atividades económicas não são transmissíveis, salvo disposição especial de lei, estatutos ou regulamentos internos.

Artigo 46.º
Licenças

O titular do registo de marca pode invocar os direitos conferidos pelo registo contra o licenciado que infrinja qualquer cláusula, ou disposição, do contrato de licença, em especial no que respeita ao seu prazo de validade, à identidade da marca, à natureza dos produtos ou serviços para os quais foi concedida a licença, à delimitação da zona ou território ou à qualidade dos produtos fabricados ou dos serviços prestados pelo licenciado.

SECÇÃO V
EXTINÇÃO DO REGISTO DE MARCA OU DE DIREITOS DELE DERIVADOS

Artigo 47.º
Nulidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 253.º, o registo de marca é nulo quando, na sua concessão, tenha sido infringido o previsto:
   a) Nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 29.º;
   b) Nas alíneas a) a e) e i) a l) do artigo 30.º.
2. É aplicável às ações de nulidade, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 3 do artigo 29.º.

Artigo 48.º
Anulabilidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 254.º, o registo da marca é anulável:
   a) Quando, na sua concessão, tenha sido infringido o previsto no artigo 18.º, nas alíneas f) a h) e m) do artigo 30.º e nos artigos 31.º a 33.º;
   b) Quando se reconheça que o titular do registo pretende fazer concorrência desleal, ou que esta é possível independentemente da sua intenção.
2. O interessado na anulação do registo das marcas, com fundamento no disposto nos artigos 32.º ou 33.º, deve requerer o registo da marca que dá origem ao pedido de anulação, para os produtos ou serviços que lhe deram notoriedade, ou prestígio, respetivamente.
3. O registo não pode ser anulado se a marca anterior, invocada em oposição, não satisfizer a condição de uso sério, nos termos do artigo 50.º.
4. As ações de anulação devem ser propostas no prazo de 10 anos a contar da data do despacho de concessão do registo.
5. As ações de anulação de marca registada de má-fé podem ser propostas a todo o tempo.

Artigo 49.º
Preclusão por tolerância

1. O titular de uma marca registada que, tendo conhecimento do facto, tiver tolerado, durante um período de cinco anos consecutivos, o uso de uma marca registada posterior, deixa de ter direito, com base na sua marca anterior, a requerer a anulação do registo da marca posterior, ou a opor-se ao seu uso, em relação aos produtos ou serviços nos quais a marca posterior tenha sido usada, salvo se o registo da marca posterior tiver sido efetuado de má-fé.
2. O prazo de cinco anos, previsto no número anterior, conta-se a partir do momento em que o titular teve conhecimento do facto.
3. O titular do registo de marca posterior não pode opor-se ao direito anterior, mesmo que este já não possa ser invocado contra a marca posterior.

Artigo 50.º
Uso da marca

1. Considera-se uso sério da marca:
   a) O uso da marca tal como está registada ou que dela não difira senão em elementos que não alterem o seu carácter distintivo, feito pelo titular do registo, ou por quem tenha licença devidamente averbada;
   b) O uso da marca, nos termos da alínea anterior, para produtos ou serviços destinados apenas à exportação;
   c) A utilização da marca por um terceiro, desde que o seja sob controlo do titular e para efeitos da manutenção do registo.
2. Considera-se uso da marca coletiva o que é feito com o consentimento do titular.
3. Considera-se uso da marca de garantia ou certificação o que é feito por pessoa habilitada.
4. O início ou o reatamento do uso sério nos três meses imediatamente anteriores à apresentação de um pedido de declaração de caducidade, contados a partir do fim do período ininterrupto de cinco anos de não uso, não é, contudo, tomado em consideração se as diligências para o início ou reatamento do uso só ocorrerem depois do titular tomar conhecimento de que pode vir a ser efetuado esse pedido de declaração de caducidade.

Artigo 51.º
Caducidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, a caducidade do registo deve ser declarada se a marca não tiver sido objeto de uso sério durante cinco anos consecutivos, salvo justo motivo e sem prejuízo do disposto no n.º 4 e no artigo anterior.
2. Deve ainda ser declarada a caducidade do registo se, após a data em que o mesmo foi efetuado:
   a) A marca se tiver transformado na designação usual no comércio do produto ou serviço para que foi registada, como consequência da atividade ou inatividade, do titular;
   b) A marca se tornar suscetível de induzir o público em erro, nomeadamente acerca da natureza, qualidade e origem geográfica desses produtos ou serviços, no seguimento

do uso feito pelo titular da marca, ou por terceiro com o seu consentimento, para os produtos ou serviços para que foi registada.

3. A caducidade do registo da marca coletiva deve ser declarada:
   a) Se deixar de existir a pessoa coletiva a favor da qual foi registada;
   b) Se essa pessoa coletiva consentir que a marca seja usada de modo contrário aos seus fins gerais ou às prescrições estatutárias.
4. O registo não caduca se, antes de requerida a declaração de caducidade, já tiver sido iniciado ou reatado o uso sério da marca, sem prejuízo do que se dispõe no n.º 4 do artigo anterior.
5. O prazo referido no n.º 1 inicia-se com o registo da marca.
6. Quando existam motivos para a caducidade do registo de uma marca, apenas no que respeita a alguns dos produtos ou serviços para que este foi efetuado, a caducidade abrange apenas esses produtos ou serviços.

Artigo 52.º
Pedidos de declaração de caducidade

1. Os pedidos de declaração de caducidade são apresentados no serviço da entidade competente.
2. Os pedidos referidos no número precedente podem fundamentar-se em qualquer dos motivos estabelecidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo anterior, ou que indiciem a falta de uso de marca e a sua não oponibilidade a terceiros.
3. Sem prejuízo do que se dispõe no n.º 5, o titular do registo é sempre notificado do pedido de declaração de caducidade para responder, querendo, no prazo de dois meses.
4. A requerimento do interessado, apresentado em devido tempo, o prazo a que se refere o número anterior pode ser prorrogado por mais um mês.
5. Só podem ser concedidas novas prorrogações, por iguais períodos, se ocorrer motivo atendível e não houver oposição da parte contrária.
6. Cumpre ao titular do registo ou a seu licenciado, se o houver, provar o uso da marca, sem o que esta se presume não usada.
7. Decorrido o prazo de resposta, a entidade competente decide, no prazo de dois meses, sobre a declaração de caducidade do registo.
8. O processo de caducidade extingue-se se, antes da decisão, ocorrer a desistência do respetivo pedido.
9. A caducidade só produz efeitos depois de declarada em processo.
10. A caducidade é averbada e o respetivo aviso é publicado no Boletim da Propriedade Industrial.

CAPÍTULO II
INVENÇÕES

SECÇÃO I
PATENTES

SUB-SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 53.º
Objeto

1. São objeto de patente, as invenções novas que impliquem atividade inventiva e sejam suscetíveis de aplicação industrial, independentemente da natureza dos produtos e de processos utilizados e seja qual for o domínio da tecnologia a que respeitem.
2. As invenções novas são objeto de patente mesmo quando incidam sobre um produto composto de matéria biológica, ou que contenha matéria biológica, ou sobre um processo que permita produzir, tratar ou utilizar matéria biológica.

Artigo 54.º
Limitações quanto ao objeto

1. Não podem ser objeto de patente:
   a) As teorias científicas e os métodos matemáticos;
   b) Os materiais ou as substâncias já existentes na natureza e as matérias nucleares;
   c) As criações estéticas;
   d) Os projetos, os princípios e os métodos do exercício de atividades intelectuais, em matéria de jogo ou no domínio das atividades económicas;
   e) As apresentações de informação.
2. Não podem ser patenteados os métodos de tratamento cirúrgico ou terapêutico do corpo humano ou animal e os métodos de diagnóstico aplicados ao corpo humano ou animal, podendo, contudo, ser patenteados os produtos, substâncias ou composições utilizadas em qualquer desses métodos.
3. O disposto no n.º 1 só exclui a patenteabilidade quando o objeto para que é solicitada a patente se limite aos elementos nele mencionados.

Artigo 55.º
Exclusão da patenteabilidade

1. São excluídas da patenteabilidade, as invenções cuja exploração comercial seja contrária à lei, à ordem pública, à segurança nacional, à saúde pública e aos bons costumes, nomeadamente:
   a) Os processos de clonagem de seres humanos;
   b) Os processos de modificação da identidade genética germinal do ser humano;
   c) Os processos de utilização de embriões humanos para fins industriais ou comerciais;
   d) Os processos de modificação de identidade genética dos animais que lhes possam causar sofrimentos sem utilidade médica substancial para o homem ou para o animal, bem como os animais obtidos por esses processos.
2. Não são, igualmente, patenteáveis:
   a) O corpo humano, nos vários estádios da sua constituição e do seu desenvolvimento, bem como a simples descoberta de um dos seus elementos, incluindo a sequência ou a sequência parcial de um gene, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1

do artigo seguinte;

b) As variedades vegetais ou as raças animais, assim como os processos essencialmente biológicos de obtenção de vegetais ou animais, sem prejuízo do previsto nos Acordos Internacionais a que Timor-Leste haja aderido.

Artigo 56.º
Casos especiais de patenteabilidade

1. Pode ser patenteada:

   a) Uma substância ou composição compreendida no estado da técnica para a execução de um dos métodos referidos no n.º 2 do artigo 54.º, com a condição de que a sua utilização, para qualquer método aí referido, não esteja compreendida no estado da técnica;

   b) Uma invenção nova, que implique atividade inventiva e seja suscetível de aplicação industrial, que incida sobre qualquer elemento isolado do corpo humano ou produzido de outra forma por um processo técnico, incluindo a sequência ou a sequência parcial de um gene, ainda que a estrutura desse elemento seja idêntica à de um elemento natural, desde que seja observada expressamente e exposta concretamente no pedido de patente, a aplicação industrial de uma sequência ou de uma sequência parcial de um gene;

   c) Uma invenção que tenha por objeto vegetais ou animais, se a sua exequibilidade técnica não se limitar a uma determinada variedade vegetal ou raça animal;

   d) Uma matéria biológica, isolada do seu ambiente natural ou produzida com base num processo técnico, mesmo que preexista no estado natural;

   e) Uma invenção que tenha por objeto um processo microbiológico ou outros processos técnicos, ou produtos obtidos mediante esses processos.

2. Entende-se por processo essencialmente biológico de obtenção de vegetais ou de animais qualquer processo que consista, integralmente, em fenómenos naturais, como o cruzamento ou a seleção.

3. Entende-se por processo microbiológico qualquer processo que utilize uma matéria microbiológica, que inclua uma intervenção sobre uma matéria microbiológica ou que produza uma matéria microbiológica.

4. Entende-se por matéria biológica qualquer matéria que contenha informações genéticas e seja auto-replicável ou replicável num sistema biológico.

Artigo 57.º
Requisitos de patenteabilidade

1. Uma invenção é considerada nova quando não está compreendida no estado da técnica.

2. Considera-se que uma invenção implica atividade inventiva se, para um perito na especialidade, não resultar de uma maneira evidente do estado da técnica.

3. Considera-se que uma invenção é suscetível de aplicação industrial quando o seu objeto puder ser fabricado ou utilizado em qualquer género industrial.

Artigo 58.º
Estado da técnica

1. O estado da técnica é constituído por tudo o que, dentro ou fora de Timor-Leste, se tornou acessível ao público, antes da data do pedido de patente, por descrição, utilização ou qualquer outro meio.
2. É igualmente considerado como compreendido no estado da técnica o conteúdo de qualquer outro pedido de patente e de modelo de utilidade, requerido em data anterior à do novo pedido de patente, para produzir efeitos em Timor-Leste e ainda não publicado.

Artigo 59.º
Divulgações não oponíveis

1. Não prejudicam a novidade da invenção:
   a) As divulgações perante sociedades científicas, associações técnicas profissionais, ou por motivo de concursos, exposições e feiras em Timor-Leste, ou internacionais, oficiais ou oficialmente reconhecidas em qualquer país membro de organizações internacionais para a propriedade industrial, das quais Timor-Leste seja parte, se o requerimento a pedir a respetiva patente for apresentado em Timor-Leste dentro do prazo de 12 meses;
   b) As divulgações resultantes de abuso evidente em relação ao inventor ou seu sucessor ou de publicações feitas indevidamente pela entidade competente.
2. As divulgações a que se refere a alínea a) do número anterior só não prejudicam a novidade da invenção se o requerente comprovar, no prazo de três meses a contar da data do pedido de patente, que a mesma foi efetivamente divulgada nos termos nela previstos.

Artigo 60.º
Proteção de patente

1. A proteção de uma invenção que respeite as condições estabelecidas no artigo 57.º pode ser feita, por opção do requerente, a título de patente ou de modelo de utilidade.
2. A mesma invenção pode ser objeto, simultânea ou sucessivamente, de um pedido de patente e de um pedido de modelo de utilidade.

Artigo 61.º
Regra geral sobre o direito à patente

1. O direito à patente pertence ao inventor ou seus sucessores.
2. Se forem dois, ou mais, os autores da invenção, qualquer deles tem direito a requerer a patente em benefício de todos.

Artigo 62.º
Regras especiais sobre titularidade da patente

1. Se a invenção for feita durante a execução de um contrato de trabalho em que a atividade inventiva esteja prevista, o direito à patente pertence à respetiva entidade empregadora.
2. No caso a que se refere o número anterior, se a atividade inventiva não estiver especialmente remunerada, o inventor tem direito a remuneração, de harmonia com a

importância da invenção.

3. Independentemente das condições previstas no n.º 1:

   a) Se a invenção se integrar na sua atividade, a entidade empregadora tem direito de opção à patente mediante remuneração de harmonia com a importância da invenção e pode assumir a respetiva propriedade, ou reservar-se o direito à sua exploração exclusiva, à aquisição da patente ou à faculdade de pedir ou adquirir patente estrangeira;

   b) O inventor deve informar a sua entidade empregadora da invenção que tiver realizado, no prazo de três meses a partir da data em que esta for considerada concluída;

   c) Se, durante esse período, o inventor chegar a requerer patente para essa invenção, o prazo para informar a entidade empregadora é de um mês a partir da apresentação do respetivo pedido na entidade competente;

   d) O não cumprimento das obrigações referidas nas alíneas b) e c), por parte do inventor, implica responsabilidade civil e laboral, nos termos gerais;

   e) A entidade empregadora pode exercer o seu direito de opção, no prazo de três meses a contar da receção da notificação do inventor.

4. Se, nos termos do disposto na alínea e) do número anterior, a remuneração devida ao inventor não for integralmente paga no prazo estabelecido, a entidade empregadora perde, a favor daquele, o direito à patente referida nos números anteriores.

5. As invenções cuja patente tenha sido pedida durante o ano seguinte à data em que o inventor deixar a empresa consideram-se feitas durante a execução do contrato de trabalho.

Artigo 63.º
Prestação de serviço ou encomenda

1. Salvo convenção em contrário, é aplicável às invenções feitas por encomenda, ou em trabalhos realizados em regime de prestação de serviço com as necessárias adaptações, o disposto no artigo anterior.

2. Salvo disposição em contrário, é aplicável ao Estado e outras pessoas coletivas públicas, o disposto no artigo anterior.

Artigo 64.º
Proibição de renúncia antecipada

Os direitos reconhecidos ao inventor não podem ser objeto de renúncia antecipada.

Artigo 65.º
Disponibilidade das patentes

As patentes devem ser disponibilizadas e os direitos inerentes às mesmas usufruídas sem qualquer discriminação relativamente ao local da invenção, ao tipo de tecnologia e ao facto de os produtos serem importados ou produzidos localmente.

Artigo 66.º
Menção obrigatória

1. Se a patente não for pedida pelo inventor ou em seu nome, ele tem o direito de ser mencionado, como tal, no requerimento e no título da patente.
2. O inventor pode não ser mencionado, como tal, nas publicações a que o pedido da patente der lugar, se assim o solicitar, prévia e atempadamente, por escrito.

Artigo 67.º
Remissão

Em tudo o que não estiver expressamente previsto para os outros direitos privativos da propriedade industrial, e não for contrário a natureza de cada um, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no presente Código para as patentes.

SUBSECÇÃO II
PROCESSO DE PATENTE

Artigo 68.º
Forma do pedido

1. O pedido de patente é apresentado em requerimento que indique ou contenha:
   a) O nome, a firma ou denominação social do requerente, a sua nacionalidade e o seu domicílio ou o lugar em que está estabelecido;
   b) A epígrafe ou título que sintetize o objeto da invenção;
   c) O nome e país de residência do inventor;
   d) O país onde se tenha apresentado o primeiro pedido, a data e o número dessa apresentação, no caso de o requerente pretender reivindicar o direito de prioridade;
   e) A menção de que requereu modelo de utilidade para a mesma invenção, se for o caso;
   f) Assinatura do requerente ou do seu mandatário.
2. As expressões de fantasia utilizadas para designar a invenção não constituem objeto de reivindicação.
3. Os pedidos podem ser apresentados em suporte eletrónico, nos termos a regulamentar pelo membro do Governo responsável pela área da propriedade industrial.

Artigo 69.º
Documentos a apresentar

Ao requerimento devem juntar-se, em duplicado, os seguintes elementos:

a) Descrição do objeto da invenção;
b) Reivindicações do que é considerado novo e que caracteriza a invenção;
c) Desenhos necessários à perfeita compreensão da descrição;
d) Resumo da invenção.

Artigo 70.º
Conteúdo

1. As reivindicações definem o objeto da proteção requerida, devendo ser claras, concisas, e corretamente redigidas, e fazendo a necessária definição do objeto da invenção.
2. A descrição deve indicar, sem reservas nem omissões, tudo o que constitui o objeto da invenção, contendo uma explicação pormenorizada de, pelo menos, um modo de realização da invenção, de maneira que qualquer pessoa competente na matéria a possa executar.
3. Os desenhos devem ser constituídos por figuras em número estritamente necessário à compreensão da invenção.
4. O resumo da invenção consiste numa breve exposição do que é referido na descrição, reivindicações e desenhos, servindo apenas para fins de informação técnica.

Artigo 71.º
Invenções biotecnológicas

No caso de uma invenção respeitante a matéria biológica não acessível ao público e que não possa ser descrita no pedido de patente por forma a permitir a sua realização por pessoa competente na matéria, ou implicar a utilização de uma matéria desse tipo, a descrição só é considerada suficiente, para efeitos de obtenção de patente, quando:

a) A matéria biológica tiver sido depositada, até à data de apresentação do pedido de patente em instituição de depósito internacional devidamente reconhecida e que tenha adquirido esse estatuto em conformidade com o Tratado de Budapeste;

b) O pedido incluir as informações pertinentes de que o requerente dispõe relativamente às características da matéria biológica depositada;

c) O pedido de patente mencionar a instituição de depósito e o número de depósito.

Artigo 72.º
Prazo para entrega da descrição e dos desenhos

A descrição da invenção e os desenhos podem ser entregues na entidade competente, no prazo de um mês a contar da data do pedido feito em Timor-Leste.

Artigo 73.º
Exame quanto à forma

1. Apresentado o pedido de patente, é feito exame, quanto à forma, no prazo de um mês, para verificar se preenche os requisitos estabelecidos.
2. Caso se verifique que existem no pedido irregularidades de carácter formal, o requerente é notificado para corrigi-las, no prazo de um mês.
3. Se o não fizer no prazo estabelecido no número anterior, o pedido é recusado e publicado o respetivo aviso no Boletim da Propriedade Industrial.

Artigo 74.º
Publicação do pedido

1. Sendo apresentado de forma regular, ou regularizado nos termos do n.º 2 do artigo anterior, o pedido de patente é publicado no Boletim da Propriedade Industrial com a transcrição do resumo e do Código da Classificação Internacional de Patentes aplicável.

2. A publicação a que se refere o número anterior não se faz antes de decorridos 18 meses a contar da data da apresentação do pedido de patente ou da prioridade reivindicada.
3. A publicação pode ser antecipada a pedido expresso do requerente.
4. Efetuada a publicação, qualquer pessoa pode requerer cópia dos elementos constantes do processo.
5. Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, as reivindicações ou expressões que infrinjam o disposto no n.º 2 do artigo 68.º são suprimidas, oficiosamente, tanto no título da patente como nas publicações a que o pedido der lugar.

Artigo 75.º
Oposição

A publicação do pedido marca o início do prazo referido no artigo 232.º para a apresentação de reclamações por quem se julgar prejudicado pela concessão da patente.

Artigo 76.º
Exame da invenção

1. A entidade competente promove o exame da invenção, considerando todos os elementos constantes do processo.
2. Não havendo oposição, é elaborado o competente relatório do exame no prazo de três meses a contar da publicação do pedido.
3. Havendo oposição, o relatório é elaborado no prazo de três meses a contar da apresentação da última peça processual a que se refere o artigo.
4. Se, do exame, se concluir que a patente pode ser concedida, é publicado o respetivo aviso.
5. Se, do exame, se concluir que a patente não pode ser concedida, o relatório, acompanhado de cópia de todos os elementos nele citados, é enviado ao requerente com notificação para, no prazo de dois meses, se pronunciar sobre as observações feitas.
6. Se, após a resposta do requerente, se verificar que subsistem objeções à concessão da patente, faz-se nova notificação para, no prazo de um mês, serem esclarecidos os pontos ainda em dúvida.
7. Quando, da resposta do requerente, se verificar que a patente pode ser concedida, é publicado o respetivo aviso.
8. Se a resposta às notificações não for considerada suficiente, é publicado o aviso de recusa ou de concessão parcial, de harmonia com o relatório do exame.
9. Se o requerente não responder à notificação a patente é recusada, publicando-se o respetivo aviso.

Artigo 77.º
Concessão parcial

1. Tratando-se, apenas, de delimitar a matéria protegida, eliminar reivindicações, desenhos, frases do resumo ou da descrição ou alterar o título ou epígrafe da invenção, de harmonia com a notificação e se o requerente não proceder voluntariamente a essas modificações, a entidade competente pode fazê-las e publicar, assim, o aviso de

concessão parcial da respetiva patente.

2. A publicação do aviso mencionado no número anterior deve conter a indicação de eventuais alterações da epígrafe, das reivindicações, da descrição ou do resumo.
3. A concessão parcial deve ser proferida de modo que a parte recusada não exceda os limites constantes do relatório do exame.

Artigo 78.º
Alterações do pedido

1. Se o pedido sofrer alterações durante a fase de exame, o aviso de concessão deve conter essa indicação.
2. As alterações introduzidas no pedido durante a fase de exame, são comunicadas aos reclamantes, se os houver, para efeitos de recurso.

Artigo 79.º
Unidade da invenção

1. No mesmo requerimento não se pode pedir mais do que uma patente, nem uma só patente para mais do que uma invenção.
2. Uma pluralidade de invenções, ligadas entre si de tal forma que constituam um único conceito inventivo geral, é considerada para efeitos de concessão de patente uma só invenção.

Artigo 80.º
Publicação do fascículo

Decorridos os prazos previstos no n.º 1 do artigo 242.º, pode publicar-se o fascículo da patente.

Artigo 81.º
Motivos de recusa

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 239.º, a patente é recusada quando:
   a) A invenção carecer de novidade, atividade inventiva ou não for suscetível de aplicação industrial;
   b) O seu objeto se incluir na previsão dos artigos 54.º e 55.º;
   c) A epígrafe ou título dado à invenção abranger objeto diferente, ou houver divergência entre a descrição e desenhos e os respetivos duplicados;
   d) O seu objeto não for descrito de maneira que permita a execução da invenção por qualquer pessoa competente na matéria;
   e) For considerada desenho ou modelo pela sua descrição e reivindicações;
   f) Houver incumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 233.º e no n.º 1 do artigo 234.º.
2. No caso previsto na alínea f) do número anterior, em alternativa à recusa da patente pode ser concedida a transmissão total ou parcial a favor do interessado, se este a tiver pedido.

Artigo 82.º
Notificação do despacho definitivo

Do despacho definitivo deve ser efetuada notificação, nos termos do nº 1 do artigo 233.º, com indicação do número do Boletim da Propriedade Industrial em que o respetivo aviso é publicado.

SUBSECÇÃO III
EFEITOS DA PATENTE

Artigo 83.º
Âmbito da proteção

1. O âmbito da proteção conferida pela patente é determinado pelo conteúdo das reivindicações, servindo a descrição e os desenhos para as interpretar.
2. Se o objeto da patente disser respeito a um processo, os direitos conferidos por essa patente abrangem os produtos obtidos diretamente pelo processo patenteado.
3. A proteção conferida por uma patente relativa a uma matéria biológica dotada, em virtude da invenção, de determinadas propriedades, abrange qualquer matéria biológica obtida a partir da referida matéria biológica por reprodução ou multiplicação, sob forma idêntica ou diferenciada e dotada dessas mesmas propriedades.
4. A proteção conferida por uma patente relativa a um processo que permita produzir uma matéria biológica dotada, em virtude da invenção, de determinadas propriedades, abrange a matéria biológica diretamente obtida por esse processo e qualquer outra obtida a partir daquela, por reprodução ou multiplicação, sob forma idêntica ou diferenciada e dotada dessas mesmas propriedades.
5. A proteção conferida por uma patente relativa a um produto que contenha uma informação genética ou que consista numa informação genética, abrange, sob reserva do disposto no n.º 2 do artigo 54.º, qualquer matéria em que o produto esteja incorporado, na qual esteja contido e exerça a sua função.

Artigo 84.º
Permissão a terceiros

1. A alienação, sob qualquer forma, pelo titular da patente, ou com o seu consentimento, de material de reprodução vegetal, para fins de exploração agrícola, implica a permissão ao adquirente para utilizar o produto da sua colheita para proceder, ele próprio, à reprodução ou multiplicação na sua exploração.
2. A alienação, sob qualquer forma, pelo titular da patente, ou com o seu consentimento, de animais de criação ou de outro material de reprodução animal, implica a permissão ao adquirente para utilizar os animais protegidos para fins agrícolas, incluindo tal permissão a disponibilização do animal, ou de outro material de reprodução animal, para a prossecução da sua atividade agrícola.
3. A permissão referida no n.º 2 antecedente não abrange qualquer venda, tendo em vista uma atividade de reprodução com fins comerciais ou no âmbito da mesma.

Artigo 85.º
Ónus da prova

Se uma patente tiver por objeto um processo de fabrico de um produto novo, a fabricação deste por um terceiro é considerado como tendo sido feito pelo processo patenteado, salvo prova em contrário.

Artigo 86.º
Duração

A patente é conferida pelo prazo de 20 anos contados da data do respetivo pedido.

Artigo 87.º
Indicação da patente

Durante a vigência da patente, o seu titular pode usar nos produtos a palavra "patenteado", "patente n.º" ou ainda "Pat n.º".

Artigo 88.º
Direitos conferidos pela patente

1. A patente confere o direito exclusivo de explorar a invenção em qualquer parte do território nacional.
2. A patente confere ainda ao seu titular o direito de impedir terceiros que, sem o seu consentimento, fabriquem, ofereçam, armazenem, introduzem no comércio ou utilizem um produto objeto de patente, ou o importem ou detenham, para qualquer desses fins.
3. Nos casos em que o objeto da patente seja um processo, a patente confere ao seu titular o direito de impedir a terceiros que, sem o seu consentimento, fabricam, utilizam, vendam, ou ofereçam para venda ou importação o produto obtido diretamente pelo processo para qualquer desses fins.
4. O titular da patente pode opor-se a todos os atos que constituam violação da sua patente, mesmo que se fundem noutra patente com data de prioridade posterior, sem necessidade de impugnar os títulos, ou de pedir a anulação dos títulos das patentes em causa.
5. Os direitos conferidos pela patente não podem exceder o âmbito definido pelas reivindicações.
6. O titular de uma patente pode solicitar à entidade competente, a limitação do âmbito da proteção da invenção pela modificação das reivindicações.
7. Se, do exame, se concluir que o pedido de limitação está em condições de ser deferido, a entidade competente promove a publicação do aviso da menção da modificação das reivindicações, sendo, em caso contrário, o pedido indeferido e a decisão comunicada ao requerente.

Artigo 89.º
Limitação aos direitos conferidos pela patente

Os direitos conferidos pela patente não abrangem:

a) Os atos realizados num âmbito privado e sem fins comerciais;

b) A preparação de medicamentos feita para casos individuais, mediante receita médica nos laboratórios de farmácia, nem os atos relativos aos medicamentos assim preparados;

c) Os atos realizados exclusivamente para fins de ensaio ou experimentais, incluindo

experiências para preparação dos processos administrativos necessários à aprovação de produtos pelos organismos oficiais competentes, não podendo, contudo, iniciar-se a exploração industrial ou comercial desses produtos antes de se verificar a caducidade da patente que os protege;

d) A utilização a bordo de navios de outros países membros de organizações de que Timor-Leste faça parte do objeto da invenção patenteada no corpo do navio, nas máquinas, na mastreação, em aprestos e outros acessórios, quando entrarem, temporária ou acidentalmente, nas águas do País, desde que a referida invenção seja exclusivamente utilizada para as necessidades do navio;

e) A utilização do objeto da invenção patenteada na construção ou no funcionamento de veículos de locomoção aérea, ou terrestre, de outros países membros de organizações de que Timor-Leste faça parte, ou de acessórios desses veículos, quando entrarem, temporária ou acidentalmente, em território nacional;

f) Os atos previstos no artigo 27.º da Convenção de 7 de dezembro de 1944, relativa à aviação civil internacional, se disserem respeito a aeronaves de outro Estado, ao qual, porém, se aplicam as disposições do referido artigo.

Artigo 90.º
Inoponibilidade

1. Os direitos conferidos pela patente não são oponíveis, no território nacional e antes da data do pedido, ou da data da prioridade quando esta é reivindicada, a quem, de boa-fé, tenha chegado pelos seus próprios meios ao conhecimento da invenção e a utilizava ou fazia preparativos efetivos e sérios com vista a tal utilização.
2. O previsto no número anterior não se aplica quando o conhecimento resulta de atos ilícitos ou contra os bons costumes, praticados contra o titular da patente.
3. O ónus da prova cabe a quem invocar as situações previstas no n.º 1.
4. A utilização anterior, ou os preparativos desta, baseados nas informações referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º não prejudicam a boa-fé.
5. Nos casos previstos no n.º 1, o beneficiário tem o direito de prosseguir, ou iniciar, a utilização da invenção, na medida do conhecimento anterior, para os fins da própria empresa, mas só pode transmiti-lo conjuntamente com o estabelecimento comercial em que se procede à referida utilização.

SUBSECÇÃO IV
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

Artigo 91.º
Perda da patente

Pode ser privado da patente, nos termos da lei, quem tiver de responder por obrigações contraídas para com outrem.

Artigo 92.º
Obrigatoriedade de exploração

1. O titular duma patente é obrigado a explorar a invenção patenteada, diretamente ou por intermédio de terceiros e a comercializar os resultados obtidos por forma a satisfazer as necessidades do mercado nacional.
2. A exploração deve ter início no prazo de quatro anos a contar da data do pedido de patente, ou no prazo de três anos a contar da data da concessão.

Artigo 93.º
Não discriminação

O gozo de direitos de patente não está sujeito a qualquer discriminação por causa do local da invenção, do domínio tecnológico e do facto de os produtos serem produzidos localmente ou importados de qualquer país membro de organizações internacionais de que Timor-Leste seja parte.

Artigo 94.º
Expropriação por utilidade pública

Qualquer patente pode ser expropriada por utilidade pública, nos termos da lei, mediante o pagamento de justa indemnização, se a necessidade de vulgarização da invenção, ou da sua utilização pelas entidades públicas, o exigir.

Artigo 95.º
Licenças obrigatórias

1. São concedidas obrigatoriamente licenças relativas a uma determinada patente, em qualquer dos seguintes casos:
   a) Falta ou insuficiência de exploração da invenção patenteada;
   b) Dependência entre patentes;
   c) Existência de motivos de interesse público.
2. O âmbito e duração de tais licenças é limitado aos fins para os quais são concedidas e são utilizadas predominantemente para abastecer o mercado nacional.
3. As licenças obrigatórias não são exclusivas e só podem ser transmitidas com a parte da empresa ou do estabelecimento que as explore.
4. As licenças obrigatórias só podem ser concedidas depois do requerente interessado tiver desenvolvido esforços no sentido de obter do titular da patente uma licença contratual em condições comerciais aceitáveis dentro de um prazo razoável.
5. As licenças obrigatórias podem ser revogadas, sem prejuízo de proteção adequada dos legítimos interesses dos respetivos titulares, se e quando as circunstâncias, que lhe deram origem, deixarem de existir e não sejam suscetíveis de se repetir.
6. Quando uma patente tiver por objeto tecnologia de semicondutores, apenas podem ser concedidas licenças obrigatórias com finalidade pública não comercial.
7. O titular da patente licenciada tem direito a uma compensação justa e adequada, tendo em conta o valor económico da licença, cabendo recurso da decisão que a conceda ou denegue, nos termos da lei.

Artigo 96.º
Licença por falta de exploração da invenção

1. Expirados os prazos que se referem no n.º 2 do artigo 92.º, o titular que, sem justo motivo ou base legal, não explorar a invenção, diretamente ou por licença, ou não o fizer de modo a ocorrer às necessidades nacionais, pode ser obrigado a conceder licença de exploração da mesma.
2. Pode, também, ser obrigado a conceder licença de exploração da invenção o titular que, durante três anos consecutivos e sem justo motivo ou base legal, deixar de fazer a sua exploração.
3. São considerados justos motivos as dificuldades objetivas de natureza técnica ou jurídica, independentes da vontade e da situação do titular da patente, que tornem impossível ou insuficiente a exploração da invenção.

Artigo 97.º
Não obrigatoriedade de concessão de licença

Enquanto uma licença obrigatória se mantiver em vigor, o titular da patente não pode ser obrigado a conceder outra.

Artigo 98.º
Cancelamento da licença

A licença obrigatória pode ser cancelada se o licenciado não explorar a invenção de forma a ocorrer às necessidades nacionais.

Artigo 99.º
Licenças dependentes

1. Quando não seja possível a exploração de uma invenção, protegida por uma patente, sem prejuízo dos direitos conferidos por uma patente anterior e ambas as invenções sirvam para fins industriais distintos, a licença só pode ser concedida se se verificar o carácter indispensável da primeira invenção para a exploração da segunda e, apenas, na parte necessária à realização desta, tendo o titular da primeira patente direito a justa indemnização.
2. Quando as invenções, protegidas por patentes dependentes, servirem para os mesmos fins industriais e tiver lugar a concessão de uma licença obrigatória, o titular da patente anterior também pode exigir a concessão de licença obrigatória sobre a patente posterior.
3. Quando uma invenção tiver por objeto um processo de preparação de um produto químico, farmacêutico ou alimentar protegido por uma patente em vigor, e sempre que essa patente de processo representar um progresso técnico notável em relação à patente anterior, tanto o titular da patente de processo como o titular da patente de produto têm o direito de exigir uma licença obrigatória sobre a patente do outro titular.
4. Quando um obtentor de uma variedade vegetal não puder obter ou explorar um direito de obtenção vegetal sem infringir uma patente anterior, pode requerer uma licença obrigatória para a exploração não exclusiva da invenção protegida pela patente, na medida em que essa licença seja necessária para explorar a mesma variedade vegetal, contra o pagamento de remuneração adequada.
5. Sempre que seja concedida uma licença do tipo previsto no número anterior, o titular

da patente tem direito a uma licença recíproca, em condições razoáveis, para utilizar essa variedade protegida.

6. Quando o titular de uma patente, relativa a uma invenção biotecnológica, não puder explorá-la sem infringir um direito de obtenção vegetal anterior sobre uma variedade, pode requerer uma licença obrigatória para a exploração não exclusiva da variedade protegida por esse direito de obtenção, contra o pagamento de remuneração adequada.
7. Sempre que seja concedida uma licença do tipo previsto no número anterior, o titular do direito de obtenção tem direito a uma licença recíproca, para utilizar a invenção protegida.
8. Os requerentes das licenças referidas nos n.os 4 e 6, devem provar que:
   a) Se dirigiram, em vão, ao titular da patente ou de direito de obtenção vegetal, para obter uma licença contratual;
   b) A variedade vegetal, ou invenção, representa um progresso técnico importante, de interesse económico considerável, relativamente à invenção reivindicada na patente ou à variedade vegetal a proteger.
9. O disposto no presente artigo aplica-se, igualmente, sempre que uma das invenções esteja protegida por patente e a outra por modelo de utilidade.

Artigo 100.º
Interesse público

1. O titular de uma patente pode ser obrigado a conceder licença para a exploração da respetiva invenção por motivo de interesse público.
2. Considera-se que existe motivo de interesse público quando o início, o aumento ou a generalização da exploração da invenção, ou a melhoria das condições em que tal exploração se realizar, sejam de primordial importância para a saúde pública ou para a defesa nacional.
3. Considera-se, igualmente, que existe motivo de interesse público quando a falta de exploração ou a insuficiência em qualidade ou em quantidade da exploração realizada implicar grave prejuízo para o desenvolvimento económico ou tecnológico do País.
4. A concessão da licença por motivo de interesse público é da competência do membro do Governo responsável pela área da Indústria.

Artigo 101.º
Pedidos de licenças obrigatórias

1. As licenças obrigatórias devem ser requeridas à entidade competente, devendo o requerente apresentar os elementos de prova que fundamenta o seu pedido.
2. Os pedidos de licenças obrigatórias são examinados pela ordem em que derem entrada nos serviços.
3. Recebido o pedido de licença obrigatória, a entidade competente notifica o titular da patente para, no prazo de dois meses, dizer o que tiver por conveniente, apresentando as provas respetivas.
4. A entidade competente aprecia as alegações das partes e as garantias da exploração da invenção oferecidas pelo requerente da licença obrigatória, decidindo, no prazo de dois meses, se esta deve ou não ser concedida.

5. Em caso afirmativo, notifica ambas as partes para, no prazo de um mês, nomearem os respetivos peritos que, juntamente com o perito nomeado pela entidade competente, acordam, no prazo de dois meses, as condições da licença obrigatória e a indemnização a pagar ao titular da patente.

Artigo 102.º
Notificação e recurso da concessão ou recusa da licença

1. A concessão ou recusa da licença e respetivas condições de exploração são notificadas a ambas as partes.
2. Da decisão cabe recurso contencioso para o Tribunal competente, nos termos da lei.
3. A decisão favorável à concessão deve ser averbada na entidade competente.
4. Um extrato do registo referido no número anterior é publicado no Boletim da Propriedade Industrial.

SUBSECÇÃO V
INVALIDADE DA PATENTE

Artigo 103.º
Nulidade e anulabilidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 252.º, as patentes são nulas nos seguintes casos:
   a) Quando o seu objeto não satisfizer os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial;
   b) Quando o seu objeto não for suscetível de proteção, nos termos dos artigos 54.º e 55.º;
   c) Quando se reconheça que o título ou epígrafe dado à invenção abrange objeto diferente;
   d) Quando o seu objeto não tenha sido descrito de forma a permitir a sua execução por qualquer pessoa competente na matéria.

Artigo 104.º
Declaração de nulidade ou anulação parcial

1. Podem ser declaradas nulas, ou anuladas, uma ou mais reivindicações, mas não se pode declarar nula ou anular-se, parcialmente, uma reivindicação.
2. Havendo declaração de nulidade ou anulação de uma ou mais reivindicações, a patente continua em vigor relativamente às restantes, sempre que esta puder constituir objeto de uma patente independente.

SUBSECÇÃO VI
CERTIFICADO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO PARA MEDICAMENTOS E PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

Artigo 105.º
Pedido de certificado

1. O pedido de certificado complementar de proteção para os medicamentos e para os produtos fitofarmacêuticos, deve ser formulado por requerimento que indique:
   a) O nome, a firma ou a denominação social do requerente, a sua nacionalidade e o domicílio ou lugar em que está estabelecido;
   b) O número da patente, bem como o título da invenção protegida por essa patente;
   c) O número e a data da primeira autorização de colocação do produto no mercado em Timor-Leste, o número e a data dessa autorização.
2. Ao requerimento deve juntar-se cópia da primeira autorização de colocação no mercado em Timor-Leste que permita identificar o produto, compreendendo, nomeadamente, o número e a data da autorização, bem como o resumo das características do produto.
3. Deve indicar-se a denominação do produto autorizado e a disposição legal ao abrigo da qual correu o processo de autorização, bem como juntar-se cópia da publicação dessa autorização no *Jornal da República*, se a autorização referida no número anterior não for a primeira, como medicamento ou produto fitofarmacêutico.

Artigo 106.º
Exame e publicação do pedido

1. Se o pedido de certificado e o produto que é objeto do pedido satisfizerem as condições previstas no presente Código, a entidade competente concede o certificado e promove a publicação do pedido e do aviso de concessão.
2. Se o pedido de certificado não preencher as condições referidas no número anterior, notifica o requerente para proceder, no prazo de dois meses, à correção das irregularidades verificadas.
3. Quando, da resposta do requerente, se verificar que o pedido de certificado preenche as condições exigidas, publica o pedido de certificado e o aviso da sua concessão.
4. O pedido é recusado se o requerente não proceder à correção das irregularidades publicando-se o pedido e o aviso de recusa.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, o certificado é recusado se o pedido ou o produto a que se refere não satisfizerem as condições previstas no respetivo Regulamento, nem preencherem as condições estabelecidas no presente Código, publicando-se o pedido e o aviso de recusa.
6. A publicação deve compreender, pelo menos, as seguintes indicações:
   a) Nome e endereço do requerente;
   b) Número da patente;
   c) Título da invenção;
   d) Número e data da autorização de colocação do produto no mercado em Timor-Leste, bem como identificação do produto objeto da autorização;
   e) Aviso de concessão e prazo de validade do certificado ou aviso de recusa, conforme couber.

SECÇÃO II
MODELOS DE UTILIDADE

SUBSECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 107.º
Natureza

Podem ser protegidas como modelos de utilidade as invenções novas, implicando atividade inventiva, se forem suscetíveis de aplicação industrial.

Artigo 108.º
Objetivo

Os modelos de utilidade visam a proteção das invenções por um procedimento administrativo mais simplificado e acelerado do que o das patentes.

Artigo 109.º
Opção

1. A proteção de uma invenção que respeite as condições estabelecidas no artigo 107.º pode ser feita, por opção do requerente, a título de modelo de utilidade ou de patente.
2. O modelo de utilidade deixa de produzir efeitos após a concessão de uma patente relativa à mesma invenção.

Artigo 110.º
Limitações quanto ao modelo de utilidade

Não podem ser objeto de modelo de utilidade:

a) As invenções cuja exploração comercial for contrária à lei, à ordem pública, à saúde pública e aos bons costumes;

b) As invenções que incidam sobre matéria biológica;

c) As invenções que incidam sobre substâncias ou processos químicos ou farmacêuticos.

SUBSECÇÃO II
PROCESSO DE MODELOS DE UTILIDADE

Artigo 111.º
Forma do pedido

1. O pedido de modelo de utilidade é feito em requerimento que indique ou contenha:

   a) O nome, a firma ou denominação social do requerente, a sua nacionalidade e o seu domicílio ou o lugar em que está estabelecido;

   b) A epígrafe ou título que sintetize o objeto da invenção;

c) O nome e o país de residência do inventor;

d) O país onde se tenha apresentado o primeiro pedido, a data e o número dessa apresentação, no caso de o requerente pretender reivindicar o direito de prioridade;

e) Menção de que requereu patente para a mesma invenção, se for o caso, nos termos do n.º 5 do artigo 62.º;

f) Assinatura do requerente ou do seu mandatário.

2. As expressões de fantasia utilizadas para designar a invenção não constituem objeto de reivindicação.

3. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 223.º, é concedida prioridade ao pedido de modelo de utilidade que primeiro apresentar, para além dos elementos exigidos na alínea a) do n.º 1, uma síntese da descrição da invenção ou, em substituição desta, quando for reivindicada a prioridade de um pedido anterior, a indicação do número e data do pedido anterior e do organismo onde foi efetuado esse pedido.

4. Os pedidos podem ser apresentados em suporte eletrónico nos termos a regulamentar pelo membro do Governo responsável pelo sector da propriedade industrial.

Artigo 112.º
Exame quanto à forma

1. Apresentado o pedido de modelo de utilidade, faz-se exame, quanto à forma, no prazo de um mês, para verificar se preenche os requisitos estabelecidos.

2. Caso se verifique que existem no pedido irregularidades de carácter formal, o requerente é notificado para corrigi-las, no prazo de um mês.

3. Se o não fizer no prazo estabelecido no número anterior, o pedido é recusado e publicado o respetivo aviso no Boletim da Propriedade Industrial.

Artigo 113.º
Publicação do pedido

1. Sendo apresentado de forma regular ou regularizado nos termos do n.º 2 do artigo anterior, o pedido de modelo de utilidade é publicado, com a transcrição do resumo e das tabelas de classificações de organizações internacionais para a propriedade industrial, das quais Timor-Leste seja parte.

2. A publicação a que se refere o número anterior faz-se até seis meses a contar da data do pedido, podendo, no entanto, ser antecipada a pedido expresso do requerente.

3. A publicação pode igualmente ser adiada, a pedido do requerente, por um período não superior a 18 meses a contar da data do pedido de modelo de utilidade ou da prioridade reivindicada.

4. O adiamento cessa a partir do momento em que seja requerido exame, por terceiros ou pelo próprio requerente.

5. Efetuada a publicação, qualquer pessoa pode requerer cópia dos elementos constantes do processo.

Artigo 114.º
Concessão provisória

1. Não tendo sido requerido exame e não havendo oposição, o modelo de utilidade é concedido provisoriamente e o requerente notificado para proceder ao pagamento da taxa relativa ao título de concessão provisória.
2. O título de concessão provisória é entregue ao requerente no prazo de um mês a contar da data em que foi efetuado o pagamento a que se refere o número anterior.
3. A validade do título de concessão provisória cessa logo que tenha sido requerido o exame da invenção.

Artigo 115.º
Pedido de exame

1. O exame pode ser requerido na fase de pedido ou enquanto o modelo de utilidade provisório se mantiver válido.
2. Se o titular do modelo de utilidade, concedido provisoriamente, pretender interpor ações judiciais para defesa dos direitos que o mesmo confere, deve requerer, obrigatoriamente, o exame à entidade competente.

Artigo 116.º
Exame da invenção

1. A entidade competente promove o exame da invenção a pedido do requerente ou de qualquer interessado.
2. Desse exame, não havendo oposição, é sempre feito um relatório, no prazo de três meses:
   a) A contar da data em que o exame foi requerido;
   b) Ou após a publicação do pedido, se o exame tiver sido requerido em fase de pedido.
3. Havendo oposição, o exame é feito no prazo de três meses a contar da apresentação da última peça processual a que se refere o artigo 232.º.
2. Se do exame se concluir que o modelo de utilidade pode ser concedido, publica-se aviso de concessão.
3. Se, pelo contrário, se concluir que o mesmo não pode ser concedido, o relatório é enviado ao requerente, acompanhado de cópia de todos os documentos nele citados, com notificação para, no prazo de dois meses, responder às observações feitas.
4. Se, após resposta do requerente, subsistirem objeções à concessão do modelo de utilidade, faz-se outra notificação para, no prazo de um mês, serem esclarecidos os pontos ainda em dúvida.
5. Quando da resposta se concluir que o modelo de utilidade pode ser concedido, publica-se aviso de concessão.
6. Se a resposta às notificações for considerada insuficiente, publica-se aviso de recusa ou de concessão parcial, de harmonia com o relatório do exame.
7. Se o requerente não responder à notificação, o modelo de utilidade é recusado, publicando-se aviso de recusa.

Artigo 117.º
Motivos de recusa

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 239.º, o modelo de utilidade é recusado quando:
   a) A invenção carecer de novidade, atividade inventiva ou não for suscetível de aplicação industrial;
   b) A epígrafe ou título dado à invenção abranger objeto diferente ou houver divergência entre a descrição e desenhos e os respetivos duplicados;
   c) O seu objeto não for descrito de maneira a permitir a execução da invenção por qualquer pessoa competente na matéria;
   d) For considerado desenho ou modelo, pela sua descrição e reivindicações;
   e) O seu objeto não for permitido nos termos deste Código;
   f) O pedido, tal como é formulado, infringir qualquer das regras estabelecidas neste Código.
2. No caso previsto na alínea f) do número anterior, em vez da recusa do modelo de utilidade, pode ser concedida a transmissão total ou parcial a favor do interessado, se este a tiver pedido.

SUBSECÇÃO III
EFEITOS DO MODELO DE UTILIDADE

Artigo 118.º
Âmbito da proteção

1. O âmbito da proteção conferida pelo modelo de utilidade é determinado pelo conteúdo das reivindicações, servindo a descrição e os desenhos para as interpretar.
2. Se o objeto do modelo de utilidade disser respeito a um processo, os direitos conferidos abrangem os produtos obtidos diretamente pelo processo patenteado.

Artigo 119.º
Duração

1. A duração do modelo de utilidade é de seis anos a contar da data da apresentação do pedido.
2. Nos últimos seis meses de validade do modelo de utilidade, o titular pode requerer a sua prorrogação por um período de dois anos.
3. Nos últimos seis meses do novo período a que se refere o número anterior, o titular pode apresentar um novo pedido de prorrogação por mais dois anos.
4. Em caso algum, a duração do modelo de utilidade pode ultrapassar globalmente o período de 10 anos, a contar da data da apresentação do respetivo pedido.

Artigo 120.º
Indicação de modelo de utilidade

Durante a vigência do modelo de utilidade, o seu titular pode usar, nos produtos, a expressão "Modelo de Utilidade n.º" ou "M.U. n.º".

Artigo 121.º
Direitos conferidos pelo modelo de utilidade

1. O modelo de utilidade confere ao respetivo titular o direito exclusivo de explorar a invenção ou o modelo em qualquer parte do território nacional.
2. Se o objeto do modelo de utilidade for um produto, o respetivo titular tem o direito de proibir a terceiros, o seu fabrico, utilização, oferta para venda, venda ou a sua importação para tais fins.
3. Se o objeto do modelo de utilidade for um processo, o respetivo titular tem o direito de proibir a terceiros, a utilização deste, bem como a utilização ou oferta para venda, a venda ou a importação do produto obtido diretamente por esse processo, para tais fins.
4. O titular do modelo de utilidade pode opor-se a todos os atos que constituam violação da sua invenção, mesmo que se fundem em outro modelo de utilidade com data de prioridade posterior, sem necessidade de impugnar os títulos ou pedir a anulação dos modelos de utilidade em que esse direito se funde.
5. Os direitos conferidos pelo modelo de utilidade não podem exceder o âmbito definido pelas reivindicações.

Artigo 122.º
Limitação aos direitos conferidos pelo modelo de utilidade

Os direitos conferidos pelo modelo de utilidade não abrangem:

a) Os atos realizados no âmbito privado e sem fins comerciais;

b) Os atos realizados a título experimental, que incidam sobre o objeto protegido.

Artigo 123.º
Esgotamento do direito

Os direitos conferidos pelo modelo de utilidade não permitem ao seu titular proibir os atos relativos aos produtos por ele protegidos, após a sua comercialização, pelo próprio ou com o seu consentimento.

SUBSECÇÃO IV
INVALIDADE DO MODELO DE UTILIDADE

Artigo 124.º
Nulidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 252.º, os modelos de utilidade são nulos nos seguintes casos:

a) Quando o seu objeto não satisfizer os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial;

b) Quando o seu objeto não for suscetível de proteção;

c) Quando se reconheça que o título ou epígrafe dado à invenção abrange objeto diferente;

d) Quando o seu objeto não tenha sido descrito por forma a permitir a sua execução por qualquer pessoa competente na matéria.

2. Só podem ser declarados nulos os modelos de utilidade cuja invenção tenha sido objeto de exame.

CAPÍTULO III
TOPOGRAFIAS DE PRODUTOS SEMICONDUTORES

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 125.º
Definição de produto semicondutor

Produto semicondutor é a forma final, ou intermédia, de qualquer produto que, cumulativamente:

a) Consista num corpo material que inclua uma camada de material semicondutor;

b) Possua uma ou mais camadas compostas de material condutor, isolante ou semicondutor, estando as mesmas dispostas de acordo com um modelo tridimensional predeterminado;

c) Seja destinado a desempenhar uma função eletrónica, quer exclusivamente, quer em conjunto com outras funções.

Artigo 126.º
Definição de topografia de um produto semicondutor

Topografia de um produto semicondutor é o conjunto de imagens relacionadas, quer fixas, quer codificadas, que representem a disposição tridimensional das camadas de que o produto se compõe, em que cada imagem possua a disposição, ou parte da disposição, de uma superfície do mesmo produto, em qualquer fase do seu fabrico.

Artigo 127.º
Objeto de proteção legal

1. Só gozam de proteção legal as topografias de produtos semicondutores que resultem do esforço intelectual do seu próprio criador e não sejam conhecidas na indústria dos semicondutores.
2. Gozam igualmente de proteção legal as topografias que consistam em elementos conhecidos na indústria dos semicondutores, desde que a combinação desses elementos, no seu conjunto, satisfaça as condições previstas no número anterior.

Artigo 128.º
Exclusividade de proteção legal

1. A proteção concedida às topografias de produtos semicondutores só é aplicável às topografias propriamente ditas, com exclusão de qualquer conceito, processo, sistema, técnica ou informação codificada nelas incorporados.
2. Todo o criador de topografia final, ou intermédia, de um produto semicondutor goza do direito exclusivo de dispor dessa topografia, desde que satisfaça as prescrições legais, designadamente as relativas ao registo.

4. O registo não pode, no entanto, efetuar-se decorridos dois anos a contar da primeira exploração comercial da topografia em qualquer lugar, nem após o prazo de 15 anos a contar da data em que esta tenha sido fixada, ou codificada, pela primeira vez, se nunca tiver sido explorada.
5. O pedido pode ser apresentado em suporte eletrónico, nos termos a regulamentar pelo membro do Governo responsável pela área da propriedade industrial.

SECÇÃO II
PROCESSO DE REGISTO

Artigo 129.º
Motivos de recusa do registo

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 239.º, o registo da topografia de produto semicondutor é recusado quando:
   a) A topografia do produto semicondutor não for uma topografia tal como definida e caracterizada nos artigos 125.º e 126.º;
   b) A topografia de um produto semicondutor não possa fazer da proteção legal nos termos do artigo 127.º;
   c) A epígrafe ou título dado à topografia de um produto semicondutor abranger objeto diferente, ou houver divergência entre a descrição e desenhos e os respetivos duplicados;
   d) O seu objeto não for descrito por forma a permitir a execução da topografia de um produto semicondutor por qualquer pessoa competente na matéria;
   e) Se o pedido infringir as regras estabelecidas nos artigos 61.º e 62.º.
2. No caso previsto na alínea e) do número anterior, em vez de recusa do registo pode ser concedida a transmissão, total ou parcial, a favor do interessado, se este a tiver pedido.

SECÇÃO III
EFEITOS DO REGISTO

Artigo 130.º
Duração

A duração do registo é de 10 anos, contados da data do respetivo pedido, ou da data em que a topografia foi, pela primeira vez, explorada em qualquer lugar, se esta for anterior.

Artigo 131.º
Indicação do registo

Durante a vigência do registo, o seu titular pode usar, nos produtos semicondutores fabricados através da utilização de topografias protegidas, a letra T maiúscula, com uma das seguintes apresentações: T, "T", [T], T T* ou T.

Artigo 132.º
Direitos conferidos pelo registo

1. O registo da topografia confere ao seu titular o direito ao seu uso exclusivo em todo o território de Timor-Leste, produzindo, fabricando, vendendo ou explorando essa topografia, no todo ou em parte ou os objetos em que ela se aplique, com a obrigação de o fazer de modo efetivo e de harmonia com as necessidades do mercado.
2. O registo da topografia confere ainda ao seu titular o direito de autorizar ou proibir qualquer dos seguintes atos:
   a) Reprodução da topografia protegida no todo ou em parte;
   b) Importação, venda ou distribuição por qualquer outra forma, com finalidade comercial, de uma topografia protegida, de um produto semicondutor em que é incorporada uma topografia protegida, ou de um artigo em que é incorporado um produto semicondutor desse tipo, apenas na medida em que se inclua uma topografia reproduzida ilegalmente.

Artigo 133.º
Limitação aos direitos conferidos pelo registo

1. Os direitos conferidos pelo registo da topografia não abrangem:
   a) A reprodução, a título privado, de uma topografia para fins não comerciais;
   b) A reprodução para efeitos de análise, avaliação ou ensino;
   c) A criação de uma topografia distinta, a partir da análise ou avaliação referidas na alínea anterior, que possa beneficiar da proteção prevista neste Código;
   d) A realização de qualquer dos atos referidos no n.º 2 do artigo anterior, em relação a um produto semicondutor em que seja incorporada uma topografia reproduzida ilegalmente, ou a qualquer artigo em que seja incorporado um produto semicondutor desse tipo, se a pessoa que realizou ou ordenou a realização desses atos não sabia, nem deveria saber, aquando da sua aquisição que o mesmo incorporava uma topografia reproduzida ilegalmente;
   e) A realização, após o momento em que a pessoa referida na alínea anterior tiver recebido informações suficientes de que a topografia foi reproduzida ilegalmente, de qualquer dos atos em questão relativamente aos produtos em seu poder, ou encomendados antes desse momento.
2. Nos casos referidos na alínea e) do número anterior, a pessoa em causa deve pagar ao titular do registo uma importância equivalente aos "royalties" que seriam exigíveis ao abrigo de uma licença livremente negociada em relação a uma topografia desse tipo.

Artigo 134.º
Esgotamento do direito

Os direitos conferidos pelo registo da topografia não permitem ao seu titular proibir os atos relativos às topografias, ou aos produtos semicondutores, por ele protegidos, após a sua comercialização, pelo próprio ou com o seu consentimento, em Timor-Leste.

SECÇÃO IV
INVALIDADE DO REGISTO

Artigo 135.º
Nulidade

Sem prejuízo do disposto no artigo 252.º, o registo da topografia de produto semicondutor é nulo nos seguintes casos:

a) Quando o seu objeto não satisfizer os requisitos previstos nos artigos 125.º, 126.º e 127.º;

b) Quando se reconheça que o título ou epígrafe dado à topografia abrange objeto diferente;

c) Quando o seu objeto não tenha sido descrito de forma a permitir a sua execução por qualquer pessoa competente na matéria.

Artigo 136.º
Caducidade

Sem prejuízo do disposto no artigo 256.º, o registo da topografia de produto semicondutor caduca:

a) Decorridos 10 anos a contar do último dia do ano civil em que o pedido de registo foi formalmente apresentado, ou seja incorporada uma topografia reproduzida ilegalmente, ou do último dia do ano civil em que a topografia foi explorada comercialmente, em qualquer lugar, se isso tiver acontecido antes daquela apresentação;

b) Se a topografia não tiver sido explorada comercialmente, 15 anos após a data em que esta tinha sido fixada, ou codificada, pela primeira vez.

CAPÍTULO IV
DENOMINAÇÕES DE ORIGEM E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 137.º
Definição e propriedade

1. Entende-se por denominação de origem o nome de uma ilha, de uma região, de um local determinado ou, em casos excecionais, de um país, que serve para designar ou identificar um produto:

   a) Originário dessa região, desse local determinado ou desse país;

   b) Cuja qualidade, ou características, se devem, essencial ou exclusivamente, ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos, e cuja produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

2. São igualmente consideradas denominações de origem certas denominações tradicionais, geográficas ou não, que designem um produto originário de uma região, ou local determinado, e que satisfaçam as condições previstas na alínea b) do número anterior.

3. Entende-se por indicação geográfica o nome de uma ilha ou de uma região e de um local determinado, ou de que serve para designar ou identificar um produto:

a) Originário dessa ilha, região, desse local determinado ou desse país;

b) Cuja reputação, determinada qualidade ou outra característica podem ser atribuídas essencialmente a essa origem geográfica e cuja produção, transformação ou elaboração, ocorrem na área geográfica delimitada.

4. As denominações de origem e as indicações geográficas, quando registadas, constituem propriedade comum dos residentes ou estabelecidos na localidade, região ou território, de modo efetivo e sério e podem ser usadas indistintamente, por aqueles que, na respetiva área, exploram qualquer ramo de produção característica, quando autorizados pelo titular do registo.

5. O exercício deste direito não depende da importância da exploração, nem da natureza dos produtos, podendo, consequentemente, a denominação de origem ou a indicação geográfica aplicar-se a quaisquer produtos característicos e originários da localidade, região ou território, nas condições tradicionais e usuais, ou devidamente regulamentadas.

Artigo 138.º
Demarcação territorial

Se os limites da localidade, região ou território a que uma certa denominação ou indicação pertence não estiverem demarcados por lei, são os mesmos declarados pelos organismos oficialmente reconhecidos que superintendam, no respetivo local, o ramo de produção, os quais têm em conta os usos leais e constantes, conjugados com os superiores interesses da economia nacional.

SECÇÃO II
PROCESSO DE REGISTO

Artigo 139.º
Pedido

1. O pedido de registo das denominações de origem ou das indicações geográficas é feito em requerimento no qual se indique:

   a) O nome das pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, com qualidade para adquirir o registo;

   b) O nome do produto, ou produtos, incluindo a denominação de origem ou a indicação geográfica;

   c) As condições tradicionais, ou regulamentares, do uso da denominação de origem, ou da indicação geográfica, e os limites da respetiva localidade, região ou território.

2. À concessão do registo são aplicáveis, com as necessárias adaptações, os termos do processo de registo do nome de estabelecimento.

3. Os pedidos podem ser apresentados em suporte eletrónico, nos termos a regulamentar pelo membro do Governo responsável pela área da propriedade industrial.

Artigo 140.º
Fundamentos de recusa

Sem prejuízo do disposto no artigo 239.º, o registo das denominações de origem ou das indicações geográficas é recusado quando:

a) Seja requerido por pessoa sem qualidade para o adquirir;

b) Não deva considerar-se denominação de origem, ou indicação geográfica, de harmonia com o disposto no artigo 137.º;

c) Constitua reprodução ou imitação de denominação de origem, ou de indicação geográfica, anteriormente registadas;

d) Seja suscetível de induzir o público em erro, nomeadamente sobre a natureza, a qualidade e a proveniência geográfica do respetivo produto;

e) Constitua infração de direitos de propriedade industrial ou de direitos de autor;

f) Seja ofensiva da lei, da ordem pública ou dos bons costumes;

g) Possa favorecer atos de concorrência desleal.

SECÇÃO III
EFEITOS, NULIDADE, ANULABILIDADE E CADUCIDADE DO REGISTO

Artigo 141.º
Duração

A denominação de origem e a indicação geográfica têm duração ilimitada e a sua propriedade é protegida pela aplicação das regras previstas neste Código, em legislação especial, bem como por aquelas que forem decretadas contra as falsas indicações de proveniência, independentemente do registo, e façam ou não, parte de marca registada.

Artigo 142.º
Indicação do registo

Durante a vigência do registo, podem constar nos produtos em que os respetivos usos são autorizados as seguintes menções:

a) "Denominação de origem registada" ou "DO";

b) "Indicação geográfica registada" ou "IG".

Artigo 143.º
Direitos conferidos pelo registo

1. O registo das denominações de origem ou das indicações geográficas confere o direito de impedir:

   a) A utilização, por terceiros, na designação ou na apresentação de um produto, de qualquer meio que indique, ou sugira, que o produto em questão é originário de uma região geográfica diferente do verdadeiro lugar de origem;

   b) A utilização que constitua um ato de concorrência desleal, na aceção do artigo 10.º da Convenção de Paris;

   c) O uso por quem, para tal, não esteja autorizado pelo titular do registo.

2. As palavras constitutivas de uma denominação de origem ou de uma indicação

geográfica legalmente definida, protegida e fiscalizada não podem figurar, de forma alguma, em designações, etiquetas, rótulos, publicidade ou quaisquer documentos relativos a produtos não provenientes das respetivas regiões delimitadas.

3. Esta proibição subsiste ainda quando a verdadeira origem dos produtos seja mencionada ou as palavras pertencentes àquelas denominações ou indicações venham acompanhadas de corretivos, tais como "género", "tipo", "qualidade" ou outros similares e é extensiva ao emprego de qualquer expressão, apresentação ou combinação gráfica suscetíveis de induzir o consumidor em erro ou confusão.
4. É igualmente proibido o uso de denominação de origem ou de indicação geográfica com prestígio em Timor-Leste, para produtos sem identidade ou afinidade, sempre que o uso das mesmas procure, sem justo motivo, tirar partido indevido do carácter distintivo ou do prestígio da denominação de origem ou da indicação geográfica anteriormente registada, ou possa prejudicá-las.
5. O disposto nos números anteriores não obsta a que o vendedor, no decurso de operações comerciais aponha o seu nome, endereço ou marca sobre os produtos provenientes de uma região, local determinado ou país diferente daquele onde os mesmos produtos são vendidos, exceto no caso em que tal nome seja utilizado por forma a enganar o público, não podendo, em qualquer caso, suprimir a marca do produtor ou fabricante.

Artigo 144.º
Nulidade

Sem prejuízo do disposto no artigo 253.º, o registo de uma denominação de origem ou de uma indicação geográfica pode ser declarado nulo quando na sua concessão, tenha sido infringido o disposto nas alíneas b), d), e f) do artigo 140.º.

Artigo 145.º
Anulabilidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 253.º, o registo de uma denominação de origem ou de uma indicação geográfica é anulável quando, na sua concessão, tenha sido infringido o previsto nas alíneas a), c), e) e g) do artigo 140.º.
2. As ações de anulação devem ser propostas no prazo de 10 anos a contar da data do despacho de concessão do registo, sem prejuízo do que se dispõe no número seguinte.
3. As ações de anulação dos registos obtidos de má-fé podem ser propostas a todo o tempo.

Artigo 146.º
Caducidade

1. O registo caduca, a requerimento de qualquer interessado, quando a denominação de origem, ou a indicação geográfica, se transformar, segundo os usos leais, antigos e constantes da atividade económica, em simples designação genérica de um sistema de fabrico ou de um tipo determinado de produtos.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior os produtos vinícolas, as águas mineromedicinais e os demais produtos cuja denominação geográfica de origem seja objeto de legislação especial de proteção e fiscalização no respetivo país.

CAPÍTULO V
DESENHOS OU MODELOS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 147.º
Definição de desenho ou modelo

O desenho ou modelo designa a aparência da totalidade, ou de parte, de um produto resultante das características de, nomeadamente, linhas, contornos, cores, forma, textura ou materiais do próprio produto e da sua ornamentação.

Artigo 148.º
Definição de produto

1. Produto designa qualquer artigo industrial ou de artesanato, incluindo, entre outros, os componentes para montagem de um produto complexo, as embalagens, os elementos de apresentação, os símbolos gráficos e os caracteres tipográficos, excluindo os programas de computador.
2. Produto complexo designa qualquer produto composto por componentes múltiplos suscetíveis de serem dele retirados para o desmontar e nele recolocados para o montar novamente.

Artigo 149.º
Limitações quanto ao registo

Não podem ser registados os desenhos ou modelos que sejam contrários à ordem pública, à saúde pública ou aos bons costumes.

Artigo 150.º
Requisitos de concessão

1. Gozam de proteção legal os desenhos originais ou modelos novos que tenham carácter singular.
2. Gozam igualmente de proteção legal os desenhos ou modelos que, não sendo inteiramente novos, realizem combinações novas de elementos conhecidos ou disposições diferentes de elementos já usados, de molde a conferirem aos respetivos objetos carácter singular.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o mesmo requerente pode, até à divulgação do desenho ou modelo, pedir o registo de outros desenhos ou modelos que difiram do apresentado inicialmente apenas em pormenores sem importância.
4. Considera-se que o desenho ou modelo, aplicado ou incorporado num produto que constitua um componente de um produto complexo, é novo e possui carácter singular quando cumulativamente:
   a) Deste se puder, razoavelmente, esperar que, mesmo depois de incorporado no produto complexo, continua visível durante a utilização normal deste último;
   b) As próprias características visíveis desse componente preencham os requisitos de

novidade e de carácter singular.

5. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, entende-se por utilização normal a utilização feita pelo utilizador final, excluindo-se os atos de conservação, manutenção ou reparação.

6. Não são protegidas pelo registo:

   a) As características da aparência de um produto determinadas, exclusivamente, pela sua função técnica;

   b) As características da aparência de um produto que devam ser, necessariamente, reproduzidas na sua forma e dimensões exatas, para permitir que o produto em que o desenho ou modelo é incorporado, ou em que é aplicado, seja ligado mecanicamente a outro produto, quer seja colocado no seu interior, em torno ou contra esse outro produto, de modo ambos possam desempenhar a sua função.

7. O registo do desenho ou modelo é possível nas condições definidas nos artigos 151.º e 152.º, desde que a sua finalidade seja permitir uma montagem múltipla de produtos intermutáveis, ou a sua ligação num sistema modular, sem prejuízo do disposto na alínea b) do número anterior.

8. Se o registo tiver sido recusado, nos termos das alíneas b), e) e g) do n.º 1 do artigo 168.º, ou declarado nulo ou anulado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 178.º e dos artigos 179.º e 180.º, o desenho ou modelo pode ser registado, ou o respetivo direito mantido sob forma alterada, desde que, cumulativamente:

   a) Seja mantida a sua identidade;

   b) Sejam introduzidas as alterações necessárias, de forma a preencher os requisitos de proteção.

9. O registo ou a sua manutenção sob forma alterada, referidos no número anterior, podem ser acompanhados de uma declaração de renúncia parcial do seu titular, ou da decisão judicial pela qual tiver sido declarada a nulidade parcial ou anulado parcialmente o registo.

Artigo 151.º
Novidade

1. O desenho ou modelo é novo se, antes do respetivo pedido de registo ou da prioridade reivindicada, nenhum desenho ou modelo idêntico foi divulgado ao público dentro ou fora do País.

2. Consideram-se idênticos os desenhos ou modelos cujas características específicas apenas difiram em pormenores sem importância.

Artigo 152.º
Carácter singular

1. Considera-se que um desenho ou modelo possui carácter singular se a impressão global que suscita no utilizador informado diferir da impressão global causada a esse utilizador por qualquer desenho ou modelo divulgado ao público antes da data do pedido de registo ou da prioridade reivindicada.

2. Na apreciação do carácter singular é tomado em consideração o grau de liberdade de que o criador dispôs para a realização do desenho ou modelo.

Artigo 153.º
Divulgação

1. Para efeitos do disposto nos dois artigos anteriores, considera-se que um desenho ou modelo foi divulgado ao público se tiver sido publicado na sequência do registo ou, em qualquer outra circunstância, apresentado numa exposição, utilizado no comércio, ou tornado conhecido de qualquer outro modo, exceto se estes factos não puderem razoavelmente ter chegado ao conhecimento dos círculos especializados do sector em questão que operam em Timor-Leste, no decurso da sua atividade corrente, antes da data do pedido de registo ou da prioridade reivindicada.
2. Não se considera que o desenho ou modelo foi divulgado ao público pelo simples facto de ter sido dado a conhecer a um terceiro em condições explícitas, ou implícitas, de confidencialidade.

Artigo 154.º
Divulgações não oponíveis

1. Não se considera divulgação, para efeito dos artigos 151.º e 152.º, sempre que, cumulativamente, o desenho ou modelo que se pretende registar tiver sido divulgado ao público:
   a) Pelo criador, pelo seu sucessor ou por um terceiro, na sequência de informações fornecidas, ou de medidas tomadas, pelo criador ou pelo seu sucessor;
   b) Durante o período de 12 meses que antecede a data de apresentação do pedido de registo ou, caso seja reivindicada uma prioridade, a data desta.
2. O disposto n.º 1 é igualmente aplicável se o desenho ou modelo tiver sido divulgado ao público em resultado de um abuso relativamente ao criador ou ao seu sucessor.
3. O requerente do registo de um desenho ou modelo que tenha exposto produtos em que o desenho ou modelo foi incorporado, pode, desde que o faça no prazo de seis meses a contar da data da primeira exposição desses produtos, reivindicar um direito de prioridade.
4. É aplicável o disposto no número anterior ao desenho ou modelo a que foi aplicado, numa exposição internacional oficial, ou oficialmente reconhecida.
5. O requerente que pretenda beneficiar do disposto nos n.ºs 1 e 2, ou reivindicar uma prioridade nos termos do disposto no número anterior, deve apresentar, no prazo de três meses a contar da data do pedido de registo, documento comprovativo da referida divulgação, ou prova da exposição dos produtos em que o desenho ou modelo foi incorporado, ou a que foi aplicado.

SECÇÃO II
PROCESSO DE REGISTO

Artigo 155.º
Forma do pedido

1. O pedido de registo de desenho ou modelo é feito em requerimento, que indique ou contenha:
   a) O nome, a firma ou a denominação social do requerente, a sua nacionalidade e o seu domicílio ou lugar em que está estabelecido;

b) A indicação dos produtos em que o desenho ou modelo se destina a ser aplicado ou incorporado;

c) O nome e país de residência do criador;

d) O país onde se tenha apresentado o primeiro pedido, a data e o número dessa apresentação, no caso de o requerente pretender reivindicar o direito de prioridade;

e) A assinatura do requerente ou do seu mandatário.

2. Para o efeito do disposto no n.º 1 do artigo 223.º, é concedida prioridade ao pedido de registo de desenho ou modelo que primeiro apresentar, para além dos elementos exigidos na alínea a) do n.º 1, uma representação do desenho ou modelo ou, em substituição desta, a indicação do número e data do pedido anterior e do organismo onde o mesmo foi efetuado no caso de ter sido reencaminhada a respetiva prioridade.

3. Os pedidos podem ser apresentados em suporte eletrónico, nos termos a regulamentar pelo membro do Governo responsável pela área da propriedade industrial.

Artigo 156.º
Documentos a apresentar

1. Ao requerimento devem juntar-se os seguintes elementos:

a) Descrição sucinta e em duplicado dos elementos que aparecem nas representações do desenho ou modelo, ou da amostra apresentada, omitindo menções referentes à eventual novidade, ao carácter singular ou ao valor técnico do desenho ou modelo;

b) Representações gráficas ou fotográficas, em duplicado, do desenho ou modelo;

c) Um fotolito, ou qualquer outro suporte, exigido pela entidade competente, com a reprodução do objeto cujo desenho ou modelo se pretende registar e, em caso de pedido de adiamento de publicação, aplica-se o disposto na parte final da alínea anterior;

d) Documento comprovativo da autorização do titular do direito de autor, quando o desenho ou modelo for reprodução de obra de arte que não esteja no domínio público ou, de um modo geral, do respetivo autor, se este não for o requerente.

2. Os elementos referidos no número anterior devem respeitar os requisitos formais fixados pela entidade competente.

3. No caso de o objeto do pedido ser um desenho bidimensional e o requerimento incluir um pedido de adiamento de publicação, as respetivas representações podem ser substituídas por um exemplar ou uma amostra do produto, em que o desenho é incorporado ou aplicado, sem prejuízo da sua apresentação findo o período de adiamento.

4. Por sua iniciativa ou mediante notificação da entidade competente, o requerente pode apresentar o próprio objeto, ou outras fotografias tiradas de perspetivas que concorram para se formar uma ideia mais exata do desenho ou modelo.

5. Quando, nos pedidos de registo de desenho ou modelo, for reivindicada uma combinação de cores:

a) As representações, gráficas ou fotográficas, devem exibir as cores reivindicadas e a descrição da novidade deve fazer referência às mesmas;

b) O requerente pode solicitar que a publicação seja efetuada a cores, desde que do suporte, exigido, constem as cores reivindicadas.

Artigo 157.º
Unidade do requerimento

1. No mesmo requerimento não se pode pedir mais do que um registo e a cada desenho ou modelo corresponde um registo diferente.
2. Os desenhos ou modelos que constituam várias partes indispensáveis para formar um todo são incluídos num único registo.

Artigo 158.º
Pedidos múltiplos

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, podem ser incluídos num único registo os desenhos ou modelos que possuam as mesmas características distintivas preponderantes, até ao limite de dez, de modo a constituir um conjunto de objetos relacionados entre si, quanto à sua finalidade ou aplicação.
2. As representações gráficas ou fotográficas dos desenhos ou modelos referidos no número anterior devem ser numeradas sequencialmente, de acordo com o número total de desenhos e modelos que se pretenda incluir no mesmo modelo.
3. Cada um dos desenhos ou modelos incluídos no pedido ou registo múltiplo pode ser separado ou transmitido independentemente dos restantes.
4. Se se entender que alguns dos objetos incluídos num pedido múltiplo não constituem um desenho ou modelo, o requerente é notificado para proceder à respetiva reformulação para modelo de utilidade, conservando-se como data do pedido, a data do pedido inicial.

Artigo 159.º
Exame quanto à forma

1. Apresentado o pedido de registo, far-se-á, pelo período de um mês, o exame para a verificação do conhecimento dos requisitos estabelecidos.
2. Caso se verifique que existem no pedido irregularidades de carácter formal, o requerente é notificado para corrigi-las, no prazo de 30 dias.
3. Se o não fizer no prazo estabelecido, o pedido é recusado e publicado o respetivo aviso, com reprodução do desenho ou modelo e transcrição da descrição a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 155.º.

Artigo 160.º
Publicação

1. Sendo apresentado de forma regular, ou regularizado nos termos do n.º 2 do artigo anterior, o pedido de registo é publicado no Boletim da Propriedade Industrial, com reprodução do desenho ou modelo e transcrição da descrição a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 156.º.
2. A publicação a que se refere o número anterior é feita no prazo de seis meses a contar da data do pedido de registo, salvo se tiver sido requerido adiamento ou antecipação da publicação.
3. Efetuada a publicação, qualquer pessoa pode requerer cópia dos elementos constantes do processo.

Artigo 161.º
Adiamento da publicação

1. Ao apresentar o pedido de registo de um desenho ou modelo, o requerente pode solicitar que a sua publicação seja adiada por um período que não exceda 30 meses a contar da data de apresentação do pedido ou da prioridade reivindicada.
2. Os pedidos de adiamento de publicação que sejam apresentados após a data do pedido de registo são objeto de apreciação e decisão por parte do serviço da entidade competente.
3. Se a publicação for adiada, o desenho ou modelo é inscrito no registo da entidade competente, mas o processo do pedido não terá qualquer divulgação.
4. Sempre que o requerente solicitar o adiamento da publicação, a entidade competente publica, quatro meses após a data de apresentação do pedido, um aviso desse adiamento, o qual inclui indicações que, pelo menos, identifiquem o requerente, a data de apresentação do pedido e o período de adiamento solicitado.
5. A pedido do requerente, a publicação do pedido pode fazer-se antes de terminado o período de adiamento, se tiverem sido cumpridas todas as formalidades legais exigidas.
6. O adiamento da publicação fica sem efeito a partir do momento em que seja requerido exame por terceiros ou pelo próprio requerente.

Artigo 162.º
Oposição

A publicação do pedido no Boletim da Propriedade Industrial abre prazo para a apresentação de reclamações de quem se julgar prejudicado pela concessão do registo.

Artigo 163.º
Registo provisório

1. Não tendo sido requerido exame e não havendo oposição, o registo é concedido provisoriamente e o requerente notificado para proceder ao pagamento da taxa relativa ao registo provisório.
2. O título de registo provisório é entregue ao requerente no prazo de um mês a contar da data em que foi efetuado o pagamento a que se refere o número anterior.
3. A validade do título de registo provisório cessa logo que tenha sido requerido exame.

Artigo 164.º
Pedido de exame

1. O exame pode ser requerido na fase de pedido ou enquanto o registo provisório se mantiver válido.
2. A taxa relativa ao exame deve ser paga por quem o requerer, no prazo de um mês a contar da data em que o mesmo foi requerido.
3. Se o titular do registo provisório pretender intentar ações judiciais para defesa dos direitos que o mesmo confere, deve requerer, obrigatoriamente, o exame a que se refere o artigo seguinte.

Artigo 165.º
Exame

1. A entidade competente promove o exame do desenho ou modelo, a pedido do requerente ou de qualquer interessado.
2. Desse exame, não havendo oposição, é sempre elaborado um relatório, no prazo de três meses a contar da data em que foi requerido, ou após a publicação do pedido no Boletim da Propriedade Industrial, se o exame tiver sido requerido em fase de pedido.
3. Havendo oposição, o relatório é feito no prazo de três meses a contar da apresentação da última peça processual a que se refere o artigo 232.º.
4. Se, do exame, se concluir que o registo pode ser concedido, publica-se aviso de concessão.
5. Se, pelo contrário, se concluir que o mesmo não pode ser concedido, o relatório é enviado ao requerente, acompanhado de cópia de todos os documentos nele citados, com notificação para, no prazo de dois meses responder.
6. Se, após resposta do requerente, subsistirem objeções à concessão do registo, faz-se nova notificação para, no prazo de um mês, serem esclarecidos os pontos ainda em dúvida.
7. Quando da resposta se concluir que o registo pode ser concedido, publica-se aviso de concessão.
8. Se a resposta for considerada insuficiente, publica-se aviso de recusa ou de concessão parcial, de harmonia com o relatório do exame.
9. Se o requerente não responder o registo é recusado, publicando-se aviso de recusa.

Artigo 166.º
Concessão parcial

1. Tratando-se apenas de delimitar a matéria protegida, eliminar frases da descrição, alterar o título ou epígrafe, ou suprimir alguns objetos incluídos no mesmo pedido múltiplo, de harmonia com a notificação e se o requerente não proceder voluntariamente a essas modificações, a entidade competente pode fazê-las e publicar, assim, o aviso de concessão parcial do respetivo pedido de registo.
2. A publicação do aviso mencionado no número anterior deve conter a indicação das eventuais alterações introduzidas.
3. A concessão parcial deve ser proferida de modo que a parte recusada não exceda os limites constantes do relatório do exame.

Artigo 167.º
Alterações do pedido

1. Se o pedido sofrer alterações durante a fase de exame, o aviso de concessão deve conter essa indicação.
2. As alterações que sejam introduzidas no pedido durante a fase de exame são comunicadas aos reclamantes, se os houver, para efeitos de recurso.

Artigo 168.º
Motivos de recusa

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 239.º, o registo é recusado quando:
   a) O desenho ou modelo não se enquadrar nos termos do disposto no artigo 147.º;
   b) O desenho ou modelo violar o disposto no artigo 149.º ou não preencher as condições dos artigos 150.º a 155.º;
   c) Houver infração ao disposto nos artigos 61.º ou 62.º, com as necessárias adaptações;
   d) O desenho ou modelo interferir com um desenho ou modelo anterior, divulgado ao público após a data do pedido ou a data da prioridade reivindicada, e que esteja protegido desde uma data anterior por um pedido ou um registo de um desenho ou modelo;
   e) For utilizado um sinal distintivo num desenho ou modelo ulterior ou as disposições que regulam esse sinal, conferirem o direito de proibir essa utilização;
   f) O desenho ou modelo constituir uma utilização não autorizada de uma obra protegida pela lei dos direitos de autor;
   g) O desenho ou modelo constituir uma utilização indevida de distintivos, emblemas e sinetes que se revistam de particular interesse público em Timor-Leste;
   h) O desenho ou modelo a constituir uma utilização indevida de elementos referidos nas convenções internacionais a que Timor-Leste tenha aderido.
2. O fundamento previsto na alínea c) do número anterior apenas é analisado se invocado pelo titular do direito sobre o desenho ou modelo.
3. Os fundamentos previstos nas alíneas d), e) e f) do n.º 1 apenas são analisados se invocados pelo requerente ou titular do direito controverso.
4. O fundamento previsto na alínea g) apenas é analisado se invocado pela pessoa ou entidade afetada pela utilização em causa.

Artigo 169.º
Notificação do despacho definitivo

Do despacho definitivo é efetuada a notificação, com a indicação do Boletim da Propriedade Industrial em que o respetivo aviso deve ser publicado.

SECÇÃO III
EFEITOS DO REGISTO

Artigo 170.º
Âmbito da proteção

1. O âmbito da proteção conferida pelo registo abrange todos os desenhos ou modelos que não suscitem uma impressão global diferente no utilizador informado.
2. Na apreciação do âmbito de proteção deve ser tomado em consideração o grau de liberdade de que o criador dispôs para a realização do seu desenho ou modelo.

Artigo 171.º
Relação com os direitos de autor

Qualquer desenho ou modelo registado beneficia, igualmente, da proteção conferida pela legislação em matéria de direito de autor, a partir da data em que o desenho ou modelo foi criado, ou definido, sob qualquer forma.

Artigo 172.º
Duração

1. A duração do registo é de cinco anos a contar da data do pedido, podendo ser renovada, por períodos iguais e sucessivos, até ao limite de 25 anos.
2. As renovações a que se refere o número anterior devem ser requeridas nos últimos seis meses do respetivo período de duração do registo.

Artigo 173.º
Indicação do desenho ou modelo

Durante a vigência do registo, o seu titular pode usar, nos produtos, a expressão "desenho ou modelo n.º", ou as abreviaturas "D M n.º".

Artigo 174.º
Direitos conferidos pelo registo

1. O registo de um desenho ou modelo confere ao seu titular o direito exclusivo de o utilizar e de proibir a sua utilização por terceiros, quando tais atos são praticados com fins comerciais sem o seu consentimento.
2. A utilização referida no número anterior abrange, em especial, o fabrico, a oferta, a colocação no mercado, a importação, a exportação ou a utilização de um produto em que esse desenho ou modelo foi incorporado, ou substancialmente copiado ou a que foi aplicado, bem como a armazenagem desse produto para os mesmos fins.

Artigo 175.º
Limitação dos direitos conferidos pelo registo

Os direitos conferidos pelo registo não abrangem:

a) Os atos realizados num âmbito privado e sem fins comerciais;

b) Os atos para fins experimentais;

c) Os atos de reprodução, para efeitos de referência ou para fins didáticos, desde que sejam compatíveis com a lealdade das práticas comerciais, não prejudiquem indevidamente a exploração normal do desenho ou modelo e seja mencionada a fonte;

d) O equipamento a bordo de navios e aeronaves registados noutro país, quando estes transitem temporariamente pelo território nacional;

e) A importação de peças sobressalentes e acessórios para reparação desses navios e aeronaves;

f) A execução de reparações nesses navios e aeronaves.

Artigo 176.º
Esgotamento do direito

Os direitos conferidos pelo registo não permitem ao seu titular proibir os atos relativos a produtos em que foi incorporado, ou a que foi aplicado, um desenho ou modelo objeto de proteção anterior pelo registo, quando o produto tiver sido comercializado, pelo próprio ou com o seu consentimento.

Artigo 177.º
Inalterabilidade dos desenhos ou modelos

1. Enquanto vigorar o registo, os desenhos ou modelos devem conservar-se inalterados.
2. A ampliação, ou a redução, à escala, não afetam a inalterabilidade dos desenhos ou modelos.

Artigo 178.º
Alteração nos desenhos ou modelos

1. Qualquer alteração nas características específicas essenciais dos desenhos ou modelos pode ser registada, desde que respeite os requisitos estabelecidos para a concessão da proteção legal.
2. As modificações introduzidas pelo titular do registo nos desenhos ou modelos que apenas alterem pormenores sem importância, podem ser objeto de novo registo ou registos.
3. O registo ou registos referidos no número anterior devem ser averbados no título inicial e em todos os títulos dos registos efetuados ao abrigo da mesma disposição.
4. Os registos dos desenhos ou modelos modificados a que se refere a alínea anterior revertem para o domínio público no termo da sua validade.

SECÇÃO IV
INVALIDADE DO REGISTO

Artigo 179.º
Nulidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 252.º, os registos são nulos quando o desenho ou modelo:
   a) Não for um desenho ou modelo, nos termos do disposto no artigo 147.º;
   b) Violar o disposto no artigo 149.º;
   c) Não preencher as condições dos artigos 150.º a 155.º;
   d) Interferir com um desenho ou modelo anterior, divulgado após a data do pedido de registo ou da prioridade reivindicada e que esteja protegido a partir de uma data anterior;
   e) Constituir uma utilização indevida de distintivos, emblemas e sinetes que se revistam de particular interesse público em Timor-Leste;
   f) Constituir utilização indevida de qualquer dos elementos referidos pelas convenções internacionais a que Timor-Leste tenha aderido e que tenha como consequência a

sua nulidade.

2. Só podem ser declarados nulos os registos de desenhos ou modelos que tenham sido objeto de exame.

Artigo 180.º
Anulabilidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 253.º são anuláveis os registos sempre que:
   a) Seja utilizado num desenho ou modelo ulterior um sinal distintivo proibido por lei ou regulamento;
   b) O desenho ou modelo constitua uma utilização não autorizada de uma obra protegida pela lei dos direitos de autor.
2. Nos casos previstos no número anterior, só podem ser anulados os registos de desenhos ou modelos que tenham sido objeto de exame.

Artigo 181.º
Declaração de nulidade ou anulação parcial

1. Pode ser declarado nulo, ou anulado, o registo de um ou mais objetos constantes do mesmo registo, mas não pode declarar-se a nulidade ou anular-se parcialmente o registo relativo a um objeto.
2. Caso haja declaração de nulidade ou anulação de um ou mais objetos, o registo continua em vigor na parte remanescente.

SECÇÃO V
PROTEÇÃO PRÉVIA

SUBSECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 182.º
Objeto do pedido

Podem ser objeto de pedido de proteção prévia os desenhos ou modelos de têxteis ou vestuário, ou de outras atividades definidas pelo membro do Governo responsável pela área da propriedade industrial.

Artigo 183.º
Pedido de proteção prévia

1. O pedido de proteção prévia a que se refere o artigo anterior e as respetivas reproduções são depositados junto da entidade competente ou de outras entidades definidas por este.
2. O pedido de proteção prévia, apresentado junto das entidades idóneas referidas no número anterior, é remetido à entidade competente, no prazo de 15 dias a contar da sua receção, acompanhado do certificado por elas passado e do valor das taxas correspondentes.

3. A proteção prévia é concedida ao pedido que, respeitando os requisitos exigidos, seja apresentado em primeiro lugar, aferindo-se a precedência dos pedidos pela data de entrada junto daquelas entidades.
4. As características das reproduções são fixadas pela entidade competente, sob proposta das entidades referidas no final do n.º 1.

Artigo 184.º
Conservação em regime de segredo e de arquivo

As reproduções a que se refere o artigo anterior devem ser conservadas em regime de segredo, durante o prazo de validade da proteção prévia e em regime de arquivo para além dessa validade.

SUBSECÇÃO II
PROCESSO DO PEDIDO DE PROTEÇÃO

Artigo 185.º
Forma do pedido

1. O pedido de proteção prévia de desenho ou modelo é feito em requerimento, indicando:
   a) O nome, a firma ou a denominação social do requerente, a sua nacionalidade e o seu domicílio ou lugar em que está estabelecido;
   b) A quantidade de reproduções a registar, até um limite máximo de 100, desde que os produtos que incorporam, ou em relação aos quais os desenhos ou modelos industriais a utilizar, pertençam à mesma classe da Classificação de Locarno;
   c) A epígrafe ou título que sintetize o objeto, ou objetos, que se pretende proteger, ou o fim a que se destinam;
   d) O nome e o país de residência do criador.
2. O requerimento deve ser assinado pelo requerente ou pelo seu mandatário.
3. As expressões de fantasia utilizadas para designar o desenho ou modelo não constituem objeto de proteção.

SUBSECÇÃO III
EFEITOS DO PEDIDO DE PROTEÇÃO PRÉVIA

Artigo 186.º
Duração

A duração da proteção prévia é de seis meses, a contar da data de entrada do respetivo pedido na entidade competente ou das entidades referidas no final do n.º 1 do artigo 183.º.

Artigo 187.º
Regularização do pedido

Se o pedido de proteção prévia, remetido pelas entidades referidas no artigo 183.º, não respeitar os requisitos previstos no artigo 185.º, a entidade competente notifica o requerente para o regularizar, no prazo de um mês, contando-se a proteção prévia a partir

da data da regularização.

Artigo 188.º
Direitos conferidos pela proteção prévia

A proteção prévia confere um direito de prioridade para efeitos de eventual pedido de registo.

Artigo 189.º
Caducidade

A proteção prévia caduca findo o respetivo prazo de duração ou, quando for requerido o registo de qualquer dos desenhos ou modelos a que o mesmo se refere.

Artigo 190.º
Conversão do pedido

Durante a validade da proteção prévia somente os seus beneficiários podem requerer, para os mesmos desenhos ou modelos, os respetivos registos.

Artigo 191.º
Pedido de registo para atos administrativos ou ações em Tribunal

O beneficiário da proteção prévia que pretenda intervir em processo administrativo contra a concessão de outro registo, ou interpor ação judicial com base no desenho ou modelo, deve juntar o correspondente registo acompanhado do necessário exame.

CAPÍTULO VI
RECOMPENSAS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 192.º
Objeto

Consideram-se recompensas:

a) As condecorações de mérito conferidas pelo Estado timorense ou por qualquer outro Estado;

b) As medalhas, diplomas e prémios, pecuniários ou de qualquer outra natureza, obtidos em exposições, feiras e concursos oficiais ou oficialmente reconhecidos, realizados em Timor-Leste ou no estrangeiro;

c) Os diplomas e atestados de análise ou louvor, passados por serviços e organismos para tal fim qualificados;

d) Os títulos de fornecedor de altas Entidades Públicas e de outras entidades ou estabelecimentos oficiais, nacionais ou estrangeiras;

e) Quaisquer outros prémios, ou demonstrações de preferência de carácter oficial.

Artigo 193.º
Condições da menção das recompensas

As recompensas não podem ser aplicadas a produtos ou serviços diferentes daqueles para que foram conferidas.

Artigo 194.º
Propriedade

As recompensas, de qualquer ordem, conferidas aos industriais, comerciantes, agricultores e demais empresários, constituem propriedade sua.

SECÇÃO II
PROCESSO DE REGISTO

Artigo 195.º
Pedido

1. O pedido de registo de recompensas é feito em requerimento, onde se indique:
   a) O nome, a firma ou a denominação social do requerente, a sua nacionalidade e o seu domicílio ou lugar em que está estabelecido;
   b) As recompensas cujo registo se pretende, entidades que as concederam e respetivas datas;
   c) Os produtos ou serviços que mereceram a concessão;
   d) O nome de estabelecimento a que a recompensa está ligada, no todo ou em parte, quando for o caso.
2. Os pedidos podem ser apresentados em suporte eletrónico, nos termos a regulamentar pelo membro do Governo responsável pela área da propriedade industrial.

Artigo 196.º
Instrução do pedido

1. Ao requerimento devem juntar-se originais ou fotocópias autenticadas dos diplomas, ou outros documentos comprovativos da concessão.
2. A prova da concessão da recompensa pode também fazer-se juntando um exemplar, devidamente legalizado, da publicação oficial em que tiver sido conferida ou publicada a recompensa, ou só a parte necessária e suficiente para a identificação da mesma.
3. A entidade competente pode exigir a apresentação da tradução certificada dos diplomas ou outros documentos redigidos em língua estrangeira.

Artigo 197.º
Fundamentos de recusa

Sem prejuízo do disposto no artigo 239.º, o registo de recompensas é recusado quando:

a) Estas, pela sua natureza, não possam incluir-se em qualquer das categorias previstas no presente Código;
b) Se prove que as mesmas têm sido aplicadas a produtos ou serviços diferentes

daqueles para que foram conferidas;

c) Tenha havido transmissão da sua propriedade sem a do estabelecimento, ou da parte deste que interessar, quando for o caso;

d) Se mostre que a recompensa foi revogada ou não pertence ao requerente.

Artigo 198.º
Restituição de documentos

1. Findo o prazo para interposição de recurso, os diplomas, ou outros documentos, constantes do processo são restituídos aos requerentes que o solicitem em requerimento, e substituídos no processo por fotocópias autenticadas.
2. A restituição é feita mediante recibo, que deve ser junto ao processo.

SECÇÃO III
USO E TRANSMISSÃO

Artigo 199.º
Indicação de recompensas

O uso de recompensas legitimamente obtidas é permitido, independentemente de registo, mas só quando este tiver sido efetuado é que a referência ou cópia das mesmas pode fazer-se acompanhar da designação "recompensa registada" ou das abreviaturas "R.R.", "RR" ou «RR».

Artigo 200.º
Transmissão

A transmissão da propriedade das recompensas faz-se com as formalidades legais exigidas para a transmissão dos bens de que são acessórios.

SECÇÃO IV
EXTINÇÃO DO REGISTO

Artigo 201.º
Anulabilidade

Sem prejuízo do disposto no artigo 253.º, o registo é anulável quando for anulado o título da recompensa.

Artigo 202.º
Caducidade

1. O registo caduca quando a concessão da recompensa for revogada ou cancelada.
2. A caducidade do registo determina a extinção do uso da recompensa.

CAPÍTULO VII
LOGÓTIPOS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 203.º
Constituição do logótipo

1. O logótipo pode ser constituído por um sinal ou conjunto de sinais suscetíveis de representação gráfica, nomeadamente por elementos nominativos, figurativos ou por uma combinação de ambos, ou por um sinal ou conjunto de sinais que possam ser representados de forma que permita determinar, de modo claro e preciso, o objeto da proteção conferida ao seu titular.
2. O logótipo deve ser adequado a distinguir uma entidade que preste serviços ou comercialize produtos, podendo ser utilizado, nomeadamente, em estabelecimentos, anúncios, impressos ou correspondência.

Artigo 204.º
Direito ao registo

Tem legitimidade para requerer o registo de um logótipo qualquer entidade individual ou coletiva, de caráter público ou privado, que nele tenha interesse legítimo.

SECÇÃO II
PROCESSO DE REGISTO

Artigo 205.º
Unicidade do registo

1. O mesmo sinal, quando se destine a individualizar uma mesma entidade, só pode ser objeto de um registo de logótipo.
2. A mesma entidade pode ser individualizada através de diferentes registos de logótipo.

Artigo 206.º
Pedido

1. O pedido de registo de logótipo é feito em requerimento, redigido em língua portuguesa ou tétum, que indique ou contenha:
   a) O nome, a firma ou a denominação social do requerente, a sua nacionalidade, o seu domicílio, o número de identificação fiscal quando se trate de um residente em Timor-Leste e o endereço de correio eletrónico, caso exista;
   b) O tipo de serviços prestados ou de produtos comercializados pela entidade que se pretende distinguir, acompanhados da indicação do respetivo código de classificação das atividades económicas de Timor-Leste;
   c) A cor ou as cores em que o logótipo é usado, se forem reivindicadas como elemento distintivo;
   d) A assinatura ou a identificação eletrónica do requerente ou do seu mandatário.
2. Para além dos elementos exigidos nas alíneas a) e b) do número anterior, deve ser apresentada uma representação do logótipo pretendido.

Artigo 207.º
Instrução do pedido

1. Ao requerimento deve juntar-se uma representação gráfica do sinal ou outra forma de representação que permita determinar, de modo claro e preciso, o objeto da proteção conferida ao seu titular, em suporte definido por despacho do órgão máximo da entidade competente.
2. Quando nos pedidos de registo for reivindicada uma cor ou combinação de cores, a representação mencionada no número anterior deve exibir as cores reivindicadas.
3. Ao requerimento devem ainda juntar-se as autorizações referidas no n.º 3 do artigo 210.º.
4. A falta das autorizações referidas no número anterior não obsta à atribuição de uma data ao pedido, para efeitos do que se dispõe no n.º 1 do artigo 225.º.
5. Quando o logótipo contenha inscrições em caracteres pouco conhecidos, o requerente deve apresentar transliteração e, se possível, tradução dessas inscrições.
6. Quando nos elementos figurativos de um logótipo constem elementos verbais, o requerente deve especificá-los no requerimento de pedido.

Artigo 208.º
Publicação do pedido

1. Da apresentação do pedido publica-se aviso no Boletim da Propriedade Industrial, para efeito de reclamação de quem se julgar prejudicado pela eventual concessão do registo, com fundamento no disposto no artigo 211.º, ou para efeito de apresentação de observações de terceiros, com fundamento nos termos do artigo 210.º.
2. A publicação deve conter a reprodução do logótipo e mencionar as indicações a que se refere o n.º 1 do artigo 206.º, com exceção do número de identificação fiscal, do domicílio ou do lugar em que está estabelecido e do endereço eletrónico do requerente.

Artigo 209.º
Tramitação processual

Ao registo dos logótipos são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as formalidades processuais relativas às marcas.

Artigo 210.º
Fundamentos de recusa do registo

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 239.º, o registo de um logótipo é recusado quando:
   a) Seja constituído por sinais que não possam ser representados graficamente ou de forma que permita determinar, de modo claro e preciso, o objeto da proteção conferida ao seu titular;
   b) Seja constituído por sinais desprovidos de qualquer caráter distintivo;
   c) Seja constituído, exclusivamente, por sinais ou indicações referidas nas alíneas b) e d) do n.º 1 do artigo 14.º;
   d) Contrarie o disposto nos artigos 203.º a 205.º.

2. Não é recusado o registo de um logótipo constituído, exclusivamente, por sinais ou indicações referidas nas alíneas a), c) e d) do n.º 1 do artigo 14.º se, antes da data do pedido de registo e na sequência do uso que dela for feito, este tiver adquirido caráter distintivo.

3. É recusado o registo de um logótipo que contenha em todos ou alguns dos seus elementos:

   a) Símbolos, brasões, emblemas ou distinções do Estado, dos municípios ou de outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, o emblema e a denominação da Cruz Vermelha, ou de outros organismos semelhantes, bem como quaisquer sinais abrangidos pelo artigo 6.º da Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, salvo autorização;

   b) Sinais com elevado valor simbólico, nomeadamente símbolos religiosos, salvo autorização, quando aplicável, e exceto quando os mesmos sejam usuais na linguagem corrente ou nos hábitos leais do comércio dos produtos comercializados ou dos serviços prestados pela entidade a que o logótipo se destina e surjam acompanhados de elementos que lhe confiram caráter distintivo;

   c) Expressões ou figuras contrárias à lei, moral, ordem pública e bons costumes;

   d) Sinais que sejam suscetíveis de induzir em erro o público, nomeadamente sobre a atividade exercida pela entidade que se pretende distinguir;

   e) Seja constituída por sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, denominações de origem e indicações geográficas que se encontrem protegidas pelo direito nacional ou por acordos internacionais de que Timor-Leste seja parte;

   f) Sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, menções tradicionais para o produto que se encontrem protegidas ou por acordos internacionais de que Timor-Leste seja parte;

   g) Sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, especialidades tradicionais garantidas que se encontrem protegidas pela legislação nacional ou por acordos internacionais de que Timor-Leste seja parte;

   h) Sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, denominações de variedades vegetais que se encontrem protegidas pelo direito nacional ou por acordos internacionais de que Timor-Leste seja parte.

4. É também recusado o registo de um logótipo que seja constituído, exclusivamente, pela Bandeira Nacional da República Democrática de Timor-Leste ou por alguns dos seus elementos.

5. É ainda recusado o registo de um logótipo que contenha, entre outros elementos, a Bandeira Nacional nos casos em que seja suscetível de:

   a) Induzir o público em erro sobre a proveniência geográfica dos produtos comercializados ou dos serviços prestados pela entidade a que se destina;

   b) Levar o consumidor a supor, erradamente, que os produtos ou serviços provêm de uma entidade oficial;

   c) Produzir o desrespeito ou o desprestígio da Bandeira Nacional ou de algum dos seus elementos.

6. Quando invocado por um interessado, constitui também fundamento de recusa o reconhecimento de que o pedido de registo foi efetuado de má-fé.

Artigo 211.º
Outros fundamentos de recusa

1. Constitui ainda fundamento de recusa do registo:

   a) A reprodução de logótipo anteriormente registado por outrem para distinguir uma entidade cuja atividade seja idêntica à exercida pela entidade que se pretende distinguir;

   b) A reprodução de logótipo anteriormente registado por outrem para distinguir uma entidade cuja atividade seja afim à exercida pela entidade que se pretende distinguir ou a imitação, no todo ou em parte, de logótipo anteriormente registado por outrem para distinguir uma entidade cuja atividade seja idêntica ou afim à exercida pela entidade que se pretende distinguir, se for suscetível de induzir o consumidor em erro ou confusão;

   c) A reprodução de marca anteriormente registada por outrem para produtos ou serviços idênticos aos abrangidos no âmbito da atividade exercida pela entidade que se pretende distinguir;

   d) A reprodução de marca anteriormente registada por outrem para produtos ou serviços afins aos abrangidos no âmbito da atividade exercida pela entidade que se pretende distinguir ou a imitação, no todo ou em parte, de marca anteriormente registada por outrem para produtos ou serviços idênticos ou afins aos abrangidos no âmbito da atividade exercida pela entidade que se pretende distinguir, se for suscetível de induzir o consumidor em erro ou confusão ou se criar o risco de associação com a marca registada;

   e) A reprodução ou imitação, no todo ou em parte, de denominação de origem ou de indicação geográfica que mereça proteção nos termos do presente Código ou de acordos internacionais de que Timor-Leste seja parte, e cujo pedido tenha sido apresentado antes da data de apresentação do pedido de registo de logótipo, sob reserva do seu registo posterior;

   f) A infração de outros direitos de propriedade industrial;

   g) O emprego de nomes, retratos ou quaisquer expressões ou figurações, sem que tenha sido obtida autorização das pessoas a que respeitem e, sendo já falecidos, dos seus herdeiros ou parentes até ao 4.º grau ou, ainda que obtida, se produzir o desrespeito ou desprestígio daquelas pessoas;

   h) O reconhecimento de que o requerente pretende fazer concorrência desleal ou de que esta é possível independentemente da sua intenção;

   i) O emprego de nomes, designações, figuras ou desenhos que sejam reprodução, ou imitação, de logótipo já registado por outrem, sendo permitido, porém que duas ou mais pessoas com nomes patronímicos iguais os incluam no respetivo logótipo, desde que se distingam perfeitamente.

2. Aplicam-se também ao registo de logótipo, com as necessárias adaptações, os fundamentos de recusa previstos nos artigos 31.º a 33.º.

3. Quando invocado por um interessado, constitui também fundamento de recusa:

   a) A reprodução ou imitação de firma e denominação social, ou apenas de parte característica das mesmas, que não pertençam ao requerente, ou que o mesmo não esteja autorizado a usar, se for suscetível de induzir o consumidor em erro ou confusão;

   b) A infração de direitos de autor.

4. Para efeitos do disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, por marca anteriormente registada entende-se qualquer registo de marca nacional ou internacional que produza efeitos em Timor-Leste.
5. O disposto nas alíneas a) a d) do n.º 1 abrange os pedidos dos registos aí mencionados, sob reserva do seu registo posterior.

Artigo 212.º
Declaração de consentimento

Ao registo dos logótipos é aplicável o disposto no artigo 34.º, com as necessárias adaptações.

SECÇÃO III
DOS EFEITOS DO REGISTO

Artigo 213.º
Duração

A duração do registo é de 10 anos, contados da data da apresentação do pedido, podendo ser indefinidamente renovado por iguais períodos.

Artigo 214.º
Indicação do logótipo

Durante a vigência do registo, o seu titular pode usar no logótipo a designação «Logótipo registado», «Log. Registado» ou, simplesmente, «LR».

Artigo 215.º
Direitos conferidos pelo registo

1. O registo do logótipo confere ao seu titular o direito de impedir terceiros de usar, sem o seu consentimento, qualquer sinal idêntico ou confundível que seja destinado a individualizar uma atividade idêntica ou afim e possa causar um risco de confusão, ou associação, no espírito do consumidor.
2. Aplica-se aos logótipos, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 40.º.

Artigo 216.º
Inalterabilidade do logótipo

1. O logótipo deve conservar-se inalterado, ficando qualquer mudança nos seus elementos sujeita a novo registo.
2. A inalterabilidade deve entender-se, com as necessárias adaptações, em obediência às regras estabelecidas nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 43.º, relativo às marcas.

SECÇÃO IV
TRANSMISSÃO, NULIDADE, ANULABILIDADE E CADUCIDADE DO REGISTO

Artigo 217.º
Transmissão

1. Quando seja usado num estabelecimento, os direitos emergentes do pedido de registo ou do registo de logótipo só podem transmitir-se, a título gratuito ou oneroso, com o estabelecimento, ou parte do estabelecimento, a que estão ligados.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 248.º, a transmissão do estabelecimento envolve o respetivo logótipo, que pode continuar tal como está registado, salvo se o transmitente o reservar para outro estabelecimento, presente ou futuro.

Artigo 218.º
Nulidade

1. Sem prejuízo do disposto o artigo 252.º, o registo do logótipo é nulo quando, na sua concessão, tenha sido infringido o disposto nos n.ºs 1 e 3 a 6 do artigo 210.º.
2. É aplicável aos pedidos de declaração de nulidade, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 210.º.

Artigo 219.º
Anulabilidade

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 253.º, o registo é anulável quando, na sua concessão, tenha sido infringido o disposto no artigo 211.º, excecionando o disposto na alínea h) do n.º 1 daquele artigo.
2. É aplicável aos pedidos de anulação, com as necessárias adaptações o disposto nos artigos 254.º e 255.º.

Artigo 220.º
Caducidade

1. Sem prejuízo do disposto o artigo 256.º, o registo caduca:
   a) Por motivo de encerramento e liquidação do estabelecimento ou de extinção da entidade;
   b) Por falta de uso do logótipo durante cinco anos consecutivos, salvo justo motivo.
2. É aplicável ao processo de declaração de caducidade, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 50.º a 52.º.

CAPÍTULO VIII
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo 221.º
Legitimidade para praticar atos

Têm legitimidade para praticar atos jurídicos perante a entidade competente quem neles tiver interesse.

Artigo 222.º
Legitimidade para promover atos

1. Os atos e termos do processo só podem ser promovidos:
   a) Pelo próprio interessado ou titular do direito, se for estabelecido ou domiciliado em Timor-Leste, ou por Advogado constituído;
   b) Por agente oficial da propriedade industrial.
2. As entidades referidas no número anterior podem sempre ter vista do processo e obter fotocópias autenticadas dos documentos que lhe interessem.
3. Ocorrendo irregularidades ou omissões na promoção de um determinado ato, o requerente é notificado para cumprir os preceitos legais aplicáveis, no prazo improrrogável de um mês, sob pena de ineficácia daquele ato, sem perda das prioridades a que tenha direito.

Artigo 223.º
Prioridade

1. Salvo as exceções previstas no presente diploma, a patente, o modelo de utilidade ou o registo são concedidos a quem primeiro apresentar regularmente o pedido, com os elementos exigíveis.
2. Se os pedidos forem remetidos pelo correio, a precedência afere-se pela data do registo ou do carimbo de expedição e, no caso de correio eletrónico, pela respetiva data de envio.
3. No caso de dois pedidos relativos ao mesmo direito serem simultâneos ou terem idêntica prioridade, não lhes é dado seguimento sem que os interessados resolvam previamente a questão da prioridade, por acordo ou no Tribunal competente.

Artigo 224.º
Interessado residente no estrangeiro

1. Se o pedido for remetido por interessado não domiciliado nem estabelecido em Timor-Leste, este é notificado para, no prazo de um mês, constituir mandatário, se ainda o não tiver feito.
2. A não constituição do mandatário determina o arquivamento do pedido.

Artigo 225.º
Datas de prioridade

1. Se o pedido não for acompanhado de todos os elementos exigíveis, a prioridade conta-se da data em que o último elemento em falta seja apresentado.
2. Se a invenção, desenho ou modelo, marca, logótipo, recompensa, denominação de origem ou indicação geográfica forem objeto de alterações relativamente à publicação inicial, publica-se novo aviso no Boletim da Propriedade Industrial, contando-se a prioridade da alteração a partir da data em que foi requerida.

Artigo 226.º
Adequação da modalidade de apresentação do pedido

1. Se, do exame realizado, se apurar que o pedido de patente, de modelo de utilidade ou de registo não foi corretamente formulado, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 60.º e no n.º 2 do artigo 108.º, o requerente é notificado mediante despacho do responsável da entidade competente para o apresentar na modalidade que lhe for indicada.
2. O requerente pode, também, por sua iniciativa, e antes de ser proferido o despacho, reformular o pedido em modalidade diferente da que foi inicialmente apresentada.
3. Proferido o despacho, o requerente, no decurso do prazo para interposição de recurso ou, interposto este, até ao trânsito em julgado da respetiva decisão, pode transmitir os direitos decorrentes do pedido, limitar o seu objeto ou juntar ao processo quaisquer documentos ou declarações.
4. No caso previsto no número anterior e com vista a um eventual recurso, qualquer outro interessado pode juntar ao processo documentos ou declarações.
5. Nos casos previstos nos n.ºs 1 e 2, o pedido é novamente publicado no Boletim da Propriedade Industrial, ressalvando-se ao requerente as prioridades a que tinha direito.
6. Até ao momento da decisão podem ser autorizadas outras retificações formais, desde que requeridas fundamentadamente.
7. As retificações devem ser publicadas no Boletim da Propriedade Industrial.

Artigo 227.º
Reivindicação do direito de prioridade

1. Quem tiver apresentado regularmente pedido de patente, de modelo de utilidade, de certificado de utilidade, de certificado de autor de invenção, de registo de desenho ou modelo, ou de marca, em qualquer dos países membros das Convenções internacionais das quais Timor-Leste seja parte, ou em qualquer organismo intergovernamental com competência para conceder direitos que produzam efeitos em Timor-Leste, goza, tal como o seu sucessor, para apresentar o pedido em Timor-Leste, do direito de prioridade estabelecido nas Convenções internacionais das quais Timor-Leste seja parte, para a Proteção da Propriedade Industrial.
2. Qualquer pedido formulado com o valor de pedido nacional regular, nos termos da lei interna de cada país membro que tenham ratificado as Convenções das quais Timor-Leste seja parte ou de tratados bilaterais ou multilaterais celebrados entre países, confere um direito de prioridade.
3. Entende-se por pedido nacional regular todo aquele que foi efetuado em condições que permita estabelecer a data em que foi apresentado no país em causa, independentemente do que possa, ulteriormente e de algum modo, vir a afetá-lo.
4. O pedido apresentado ulteriormente em Timor-Leste, antes de expirado o prazo de prioridade, não pode ser invalidado por factos ocorridos durante esse período, designadamente por outro pedido, ou pela publicação da invenção, do desenho ou modelo ou da sua exploração.
5. Considera-se como primeiro pedido, um pedido que tenha o mesmo objeto que um anterior, desde que, à data da apresentação daquele, este tenha sido retirado, abandonado ou recusado, sem ter sido submetido a exame público, sem ter deixado subsistir direitos e sem ter, ainda, servido de base para reivindicação do direito de propriedade.
6. No caso previsto no número anterior, o pedido anterior não pode voltar a servir de base

para reivindicação do direito de prioridade.

7. Quem quiser prevalecer-se da prioridade de um pedido anterior deve formular declaração em que indique o país, a data e o número desse pedido, podendo a mesma ser apresentada até três meses a contar do termo do prazo de prioridade.
8. No caso de, num pedido, serem reivindicadas várias prioridades, o prazo é o da data da prioridade mais antiga.
9. Não pode recusar-se uma prioridade ou um pedido de patente, de modelo de utilidade ou de registo de desenho ou modelo, em virtude de o requerente reivindicar prioridades múltiplas, ainda que provenientes de diferentes países, ou em virtude de um pedido, reivindicando uma ou mais prioridades, conter um ou mais elementos que não estavam compreendidos nos pedidos cuja prioridade se reivindica, com a condição de, nos dois casos, haver unidade de invenção ou de criação tratando-se de desenhos ou modelos.
10. A prioridade não pode ser recusada com o fundamento de que certos elementos da invenção ou, tratando-se de desenhos ou modelos, da criação, para os quais se reivindica a prioridade, não figuram entre as reivindicações formuladas ou entre as reproduções dos desenhos ou modelos apresentados no pedido no país de origem, desde que o conjunto das peças do pedido revele, de maneira precisa, aqueles elementos.
11. Se o exame revelar que um pedido de patente ou de modelo de utilidade contém mais do que uma invenção ou, tratando-se de pedido de registo de desenhos ou modelos múltiplos, que os objetos não possuem as mesmas características distintivas preponderantes, o requerente pode, por sua iniciativa ou em cumprimento de notificação, dividir o pedido num certo número de pedidos divisionários, conservando cada um deles a data do pedido inicial e, se for caso disso, o benefício do direito de prioridade.
12. O requerente pode também, por sua iniciativa, dividir o pedido de patente, de modelo de utilidade ou de registo de desenho ou modelo, conservando como data de cada pedido divisionário a data do pedido inicial e, se for caso disso, o benefício do direito de prioridade.

Artigo 228.º
Comprovação do direito de prioridade

1. A entidade competente pode exigir, de quem invoque um direito de prioridade, a apresentação, no prazo de dois meses a contar da respetiva notificação, de cópia autenticada do primeiro pedido, e um certificado da data da sua apresentação.
2. O prazo previsto no número anterior pode, por motivos atendíveis, ser prorrogado por igual período.
3. A falta de cumprimento do previsto neste artigo determina a perda do direito de prioridade reivindicado.

Artigo 229.º
Regularização

Se, antes da publicação do aviso no Boletim da Propriedade Industrial, forem detetadas quaisquer irregularidades, o requerente é notificado para proceder às correções necessárias.

Artigo 230.º
Reconhecimento de assinaturas

As assinaturas dos documentos que não forem apresentados por agente oficial da propriedade industrial ou advogado constituído devem ser sempre reconhecidas notarialmente.

Artigo 231.º
Notificações

1. As partes intervenientes no processo administrativo são notificadas das decisões finais da entidade competente.
2. Se, em qualquer processo, houver reclamações, delas é o requerente imediatamente notificado pela entidade competente.
3. Da apresentação de contestações, exposições, pedidos de caducidade e outras peças processuais juntas ao processo são efetuadas idênticas notificações.

Artigo 232.º
Prazos de reclamação e de contestação

1. O prazo para apresentar reclamações é de dois meses a contar da publicação do pedido no Boletim da Propriedade Industrial.
2. O requerente pode responder às reclamações, na contestação, no prazo de dois meses a contar da respetiva notificação.
3. Quando se mostre necessário, para melhor esclarecimento do processo, podem ser aceites exposições suplementares.
4. A requerimento do interessado, apresentado nos prazos estabelecidos nos n.os 1 e 2, estes podem ser prorrogados por mais um mês, devendo a parte contrária ser notificada dessa prorrogação.
5. Pode ser concedida nova prorrogação, por igual período, quando justificada por motivos atendíveis.
6. A requerimento do interessado e com o acordo da parte contrária, a análise do processo pode ser suspensa por prazo não superior a quatro meses.
7. A análise pode, ainda, ser suspensa, oficiosamente ou a requerimento do interessado, pelo período em que se verifique uma causa prejudicial suscetível de afetar a decisão sobre o mesmo.

Artigo 233.º
Duplicado dos articulados

1. As reclamações e demais peças processuais são acompanhadas de duplicado.
2. O duplicado referido no número anterior é enviado à parte contrária pela entidade competente.

Artigo 234.º
Junção e devolução de documentos

1. Os documentos são juntos com o articulado em que se aleguem os factos a que se

referem.

2. Quando se demonstre ter havido impossibilidade de os obter oportunamente, podem ainda ser juntos nos termos do artigo seguinte.
3. É recusada a junção de documentos impertinentes ou desnecessários, ainda que juntos em devido tempo, assim como de quaisquer escritos redigidos em termos desrespeitosos ou inconvenientes, ou quando neles se verificar a repetição inútil de alegações já produzidas.
4. Os documentos a que se refere o número anterior são restituídos à parte, que os tenha apresentado dando-se disso conhecimento à outra parte.

Artigo 235.º
Reclamações fora de prazo

As reclamações e documentos análogos apresentados fora do respetivo prazo, bem como os documentos a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, só podem ser juntos ao processo, mediante despacho de autorização, dando-se, neste caso, disso conhecimento à outra parte.

Artigo 236.º
Vistorias

1. Com o objetivo de apoiar ou esclarecer as alegações produzidas no processo, a parte interessada pode requerer à entidade competente a realização de vistoria a qualquer estabelecimento ou outro local, não podendo o requerimento ser deferido sem audição do visado.
2. A parte que requereu a diligência pode desistir dela, livremente, antes de iniciada.
3. A vistoria também pode ser efetuada por iniciativa da entidade competente, se se verificar que é indispensável para o esclarecimento do processo.

Artigo 237.º
Formalidades subsequentes

Expirados os prazos previstos no artigo 232.º, procede-se ao exame e à apreciação do que tenha sido alegado pelas partes, posto o que o processo é informado, para despacho.

Artigo 238.º
Modificação oficiosa da decisão

1. Se, antes da publicação de um despacho, se reconhecer que este deve ser modificado, o processo é submetido a despacho superior, com informação dos factos de que tenha havido conhecimento superveniente e que aconselhem a modificação da decisão anteriormente tomada.
2. Entende-se por despacho superior aquele que é proferido por superior hierárquico de quem, efetivamente, assinou a decisão a modificar.

Artigo 239.º
Fundamentos gerais de recusa

1. São fundamentos gerais de recusa:
   a) A falta de pagamento de taxas;
   b) A não apresentação dos elementos necessários para uma completa instrução do processo;
   c) A inobservância de formalidades ou procedimentos imprescindíveis para a concessão do direito;
   d) O reconhecimento de que o requerente pretende fazer concorrência desleal, ou de que esta é possível independentemente da sua intenção;
   e) A violação de regras de ordem pública.
2. Nos casos das alíneas a) a c) do número anterior, o processo não pode ser submetido a despacho sem que o requerente seja previamente notificado para regularizar o pedido, em prazo nele fixado.

Artigo 240.º
Alteração ou correção de elementos não essenciais

1. Qualquer alteração ou correção que não afete os elementos essenciais e característicos da patente, do modelo de utilidade ou do registo pode ser autorizada, no mesmo processo.
2. Nenhum pedido de alteração ou correção, previsto neste artigo pode ser recebido se, em relação ao mesmo direito de propriedade industrial, estiver pendente um processo de declaração de caducidade.
3. A alteração ou correção a que se refere o n.º 1 são publicadas, para efeitos de recurso, nos termos do artigo 244.º e seguintes deste Código, e averbadas nos respetivos títulos.

Artigo 241.º
Documentos juntos a outros processos

1. Com exceção da procuração, os documentos destinados a instruir os pedidos podem ser juntos a um processo e referidos, por remissão, nos outros.
2. No caso de recurso, previsto no artigo 258.º e seguintes, o recorrente deve sempre juntar certidões, aos processos em que tais documentos tenham sido referidos.

Artigo 242.º
Entrega dos títulos de concessão

1. Os títulos de concessão de direitos de propriedade industrial só são entregues aos interessados depois de decorrido um mês sobre o termo do prazo de recurso ou, interposto este, depois de conhecida a decisão judicial ou arbitral definitiva.
2. A entrega do título faz-se ao titular, ou ao seu mandatário, mediante recibo.

Artigo 243.º
Contagem de prazos

Os prazos estabelecidos neste Código são contínuos.

Artigo 244.º
Publicação

1. Os atos que devam publicar-se são levados ao conhecimento das partes, e do público em geral, por meio da sua publicação no Boletim da Propriedade Industrial.
2. A publicação no Boletim da Propriedade Industrial produz efeitos de notificação direta às partes e, salvo disposição em contrário, marca o início dos prazos previstos neste Código.
3. As partes ou quaisquer outros interessados podem requerer, junto da entidade competente, que lhes seja passada certidão do despacho final que incidiu sobre o pedido e respetiva fundamentação, mesmo antes de publicado o correspondente aviso no Boletim da Propriedade Industrial.
4. Qualquer interessado pode também requerer certidão das inscrições efetuadas e dos documentos e processos arquivados, bem como cópias fotográficas ou ordinárias dos desenhos, fotografias, plantas e modelos apresentados com os pedidos de patente, de modelo de utilidade ou de registo.
5. O requerimento a que se refere o número anterior só é atendido se os respetivos processos tiverem atingido a fase de publicidade, não exista prejuízo de direitos de terceiros e não estejam em causa documentos classificados ou que revelem segredo comercial ou industrial.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a entidade competente pode fornecer informações sobre pedidos de registo de marcas, de normas e de insígnias de estabelecimento, de logótipos, de recompensas de denominações de origem e de indicações geográficas, mesmo antes de atingida a fase de publicidade.
7. Em qualquer processo, considera-se atingida a fase de publicidade quando o pedido for publicado no Boletim da Propriedade Industrial.

Artigo 245.º
Factos sujeitos a averbamento

1. Estão sujeitos a averbamento na entidade competente:
   a) A transmissão e renúncia de direitos privativos;
   b) A concessão de licenças de exploração, contratuais ou obrigatórias;
   c) A constituição de direitos de garantia ou de usufruto, bem como a penhora e o arresto;
   d) As ações judiciais de nulidade ou de anulação de direitos privativos;
   e) Quaisquer outros factos ou decisões que modifiquem ou extingam direitos privativos.
2. Os factos referidos no número anterior só produzem efeitos em relação a terceiros depois da data do respetivo averbamento.
3. Os factos sujeitos a averbamento, ainda que não averbados, podem ser invocados pelas partes ou seus sucessores, nas relações entre si.

Artigo 246.º
Averbamento

1. O averbamento faz-se no título, a requerimento de qualquer interessado, e deve ser instruído com os documentos comprovativos do facto a que respeitam.

2. Depois do averbamento, o título é restituído ao requerente e o requerimento, bem como os documentos, são juntos ao processo respetivo.
3. Do averbamento publica-se aviso no Boletim da Propriedade Industrial.

CAPÍTULO IX
TRANSMISSÃO E LICENÇAS DOS DIREITOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Artigo 247.º
Transmissão

1. Os direitos emergentes de patentes, de modelos de utilidade, de registos de topografias de produtos semicondutores, de desenhos ou modelos e de marcas, podem ser transmitidos, total ou parcialmente, a título gratuito ou oneroso.
2. O disposto no número anterior é aplicável aos direitos emergentes dos respetivos pedidos.
3. A transmissão por ato *inter-vivos* deve ser provada por documento escrito ainda que assinada apenas pelo transmitente.
4. Quando o averbamento da transmissão for requerido pelo cedente, o cessionário deve, também, assinar o documento que a comprova ou fazer declaração de que aceita a transmissão.

Artigo 248.º
Limitações à transmissão

1. Os direitos emergentes do pedido de registo ou do registo de nomes e de insígnias de estabelecimento, só podem transmitir-se, a título gratuito ou oneroso, com o estabelecimento, ou parte do estabelecimento, a que estão ligados.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a transmissão do estabelecimento envolve os respetivos nome e insígnia, que podem continuar tal como estão registados, salvo se o transmitente os reservar para outro estabelecimento, presente ou futuro.
3. Se no nome ou insígnia de estabelecimento ou na marca figurar o nome individual, a firma ou a denominação social do titular ou requerente do respetivo registo, ou de quem ele represente, é necessária cláusula específica para a sua transmissão.

Artigo 249.º
Licenças contratuais

1. Os direitos referidos no n.º 1 do artigo 247.º podem ser objeto de licença de exploração, total ou parcial, a título gratuito ou oneroso, em parte ou na totalidade do território nacional, por todo o tempo da sua duração ou por um prazo determinado.
2. O disposto no número anterior é aplicável aos direitos emergentes dos respetivos pedidos, mas a recusa destes implica a caducidade da licença.
3. O contrato de licença está sujeito a forma escrita.

Artigo 250.º
Natureza da licença

1. Salvo estipulação em contrário, o titular de uma licença goza, para todos os efeitos legais, das faculdades conferidas ao titular do direito objeto da licença.
2. A licença presume-se não exclusiva.
3. Entende-se por licença exclusiva aquela em que o titular do direito renuncia à faculdade de conceder outras licenças para os direitos objeto de licença, enquanto esta se mantiver em vigor.

Artigo 251.º
Concessão da licença de exploração

Salvo estipulação em contrário ou autorização escrita do titular do respetivo direito:

a) A concessão de licença de exploração exclusiva não obsta a que o titular possa, também, explorar diretamente o direito objeto de licença;

b) O direito resultante da licença de exploração não pode ser alienado;

c) Não é permitida a subconcessão da licença de exploração.

CAPÍTULO X
EXTINÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Artigo 252.º
Nulidade

1. Os títulos de propriedade industrial são, total ou parcialmente, nulos:
   a) Quando o seu objeto for insuscetível de proteção;
   b) Quando, na respetiva concessão, tenha havido preterição de procedimentos ou formalidades imprescindíveis para a concessão do direito;
   c) Quando forem violadas regras de ordem pública.
2. A nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado.

Artigo 253.º
Anulabilidade

1. Os títulos de propriedade industrial são total ou parcialmente anuláveis quando o titular não tiver direito a eles, nomeadamente:
   a) Quando o direito lhe não pertencer;
   b) Quando tiverem sido concedidos com preterição dos direitos previstos no presente código.
2. Nos casos previstos na alínea b) do número anterior, o interessado, se reunir as condições legais, pode pedir que, em vez de anulação, se faça a reversão, total ou parcial, do título a seu favor.

Artigo 254.º
Processos de declaração de nulidade e de anulação

1. A declaração de nulidade ou a anulação só podem resultar de decisão judicial.
2. Têm legitimidade para intentar a ação de nulidade ou de anulação, o Ministério Público ou qualquer interessado, devendo ser citados, para além do titular do direito registado contra quem a ação é proposta, todos os que, à data da publicação do averbamento previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 245.º, tenham requerido o averbamento de direitos derivados.
3. Quando a decisão definitiva transitar em julgado, o Tribunal comunica à entidade competente, para efeitos de averbamento e de publicação e correspondente aviso no Boletim da Propriedade Industrial.

Artigo 255.º
Efeitos da declaração de nulidade ou da anulação

A declaração de nulidade e a anulação têm os efeitos previstos na lei.

Artigo 256.º
Caducidade

1. Os direitos de propriedade industrial caducam independentemente da sua invocação, e a declaração da caducidade pode ser oficiosamente declarada pela entidade competente:
   a) Quando tiver expirado o seu prazo de duração;
   b) Por falta de pagamento de taxas.
2. A caducidade por qualquer outra razão apenas produz efeitos se invocada por qualquer interessado e declarada pelo serviço competente.
3. Qualquer interessado pode, igualmente, requerer o averbamento da caducidade prevista no n.º 1, se não tiver sido feito.

Artigo 257.º
Renúncia

1. Qualquer titular pode renunciar aos seus direitos de propriedade industrial, desde que o declare expressamente aa entidade competente.
2. A renúncia pode ser parcial, quando a natureza do direito o permitir.
3. A manifestação da vontade de renúncia é feita através de uma declaração escrita, que é junta ao respetivo processo.
4. A renúncia não prejudica os direitos derivados que estejam averbados, desde que os seus titulares, devidamente notificados, se substituam ao titular do direito principal na conservação dos títulos, na medida necessária à salvaguarda desses direitos.

CAPÍTULO XI
RECURSOS

Artigo 258.º
Decisões que admitem recurso

Cabe recurso contencioso, nos termos da lei, das decisões da entidade competente:

a) Que concedam ou recusem direitos de propriedade industrial;

b) Relativas a transmissões, licenças, declarações de caducidade ou a quaisquer outros atos que afetem, modifiquem ou extingam direitos de propriedade industrial.

Artigo 259.º
Legitimidade

1. Têm legitimidade para recorrer o requerente e os reclamantes e, ainda, todo aquele que se sinta, direta e efetivamente, prejudicado pela decisão.
2. Pode também intervir no processo, em caso de impugnação da decisão, quem demonstre interesse na sua manutenção.

Artigo 260.º
Prazo

O recurso deve ser interposto no prazo de dois meses a contar da publicação do competente despacho no Boletim da Propriedade Industrial, ou da data da respetiva certidão, quando esta for requerida pelo recorrente, e tiver data anterior àquela publicação.

Artigo 261.º
Arbitragem

Os interessados podem recorrer à arbitragem para a resolução dos conflitos emergentes da propriedade industrial, nos termos da respetiva lei.

CAPÍTULO XII
MEDIDAS CAUTELARES

Artigo 262.º
Providências cautelares

1. O titular do direito de propriedade industrial pode requerer ao Tribunal competente o arresto de produtos ou de quaisquer outros objetos, em que se manifeste a violação de um direito privativo de desenho ou modelo ou de marca ou de logótipos, ou a apreensão dos instrumentos que só possam servir para a prática desses ilícitos.
2. Para além da providência referida no artigo anterior, e sem prejuízo da ação civil ou penal, que ao caso couber, o titular do direito de propriedade industrial pode requerer às autoridades judiciárias, administrativas ou policiais, providências com vista a evitar a violação ou a concretização da ameaça de violação do seu direito, nos termos previstos na lei.

Artigo 263.º
Apreensão pelas alfândegas

1. São apreendidos pelos serviços aduaneiros os produtos ou mercadorias que contiverem, de qualquer forma, direta ou indiretamente, falsas indicações de proveniência ou denominações de origem, marcas ou nomes ilicitamente usados ou aplicados, ou em que se manifestem indícios de uma infração prevista neste Código.
2. Quando a violação for manifesta, a apreensão é realizada por iniciativa das próprias autoridades aduaneiras, as quais notificam imediatamente o interessado, permitindo-lhe a regularização do objeto da apreensão, sem prejuízo, das responsabilidades em que tiver incorrido.
3. A apreensão pode igualmente ser realizada a pedido de quem nela tiver interesse.
4. A apreensão caduca se, no prazo de 10 dias úteis a contar da respetiva notificação ao titular dos direitos, a sua confirmação não for pedida, em juízo, pelo Ministério Público ou pela parte lesada.
5. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado pela autoridade aduaneira, por igual período, em casos devidamente justificados.

CAPÍTULO XIII
PROTEÇÃO DOS SEGREDOS COMERCIAIS

Artigo 364.º
Objeto de proteção

1. Entende-se por segredo comercial, e são como tais protegidas, as informações que reúnem cumulativamente os seguintes requisitos:
   a) Sejam secretas, no sentido de não serem geralmente conhecidas ou facilmente acessíveis, na sua globalidade ou na configuração e ligação exatas dos seus elementos constitutivos, para pessoas dos círculos que lidam normalmente com o tipo de informações em questão;
   b) Tenham valor comercial pelo facto de serem secretas;
   c) Tenham sido objeto de diligências sérias, atendendo às circunstâncias, por parte da pessoa que detém legalmente o controlo das informações, no sentido de as manter secretas.
2. A proteção é extensiva aos produtos cuja conceção, características, funcionamento, processo de produção ou comercialização beneficia significativamente de segredos comerciais obtidos, utilizados ou divulgados ilicitamente.
3. Entende-se por titular do segredo comercial a pessoa singular ou coletiva que exerce legalmente o controlo de um segredo comercial.

Artigo 265.º
Atos ilícitos

1. Constitui ato ilícito a obtenção de um segredo comercial, sem o consentimento do respetivo titular, sempre que esse ato resulte:
   a) Do acesso, da apropriação ou da cópia não autorizada de documentos, objetos, materiais, substâncias ou ficheiros eletrónicos que estejam legalmente sob o controlo do titular do segredo comercial e que contenham este segredo ou a partir dos quais o mesmo seja dedutível;

b) De outra conduta que, nas circunstâncias específicas em que ocorre, seja considerada contrária às práticas comerciais honestas.

2. Constitui ainda ato ilícito a utilização ou divulgação de um segredo comercial, sem o consentimento do respetivo titular, por pessoa que preencha uma das seguintes condições:

   a) Tenha obtido o segredo comercial ilegalmente;

   b) Viole um acordo de confidencialidade ou qualquer outro dever de não divulgar o segredo comercial;

   c) Viole um dever contratual ou qualquer outro dever de limitar a utilização do segredo comercial.

3. Constitui ainda ato ilícito a obtenção, utilização ou divulgação de um segredo comercial sempre que uma pessoa, no momento da obtenção, utilização ou divulgação, tivesse ou devesse ter tido conhecimento, nas circunstâncias específicas em que se encontrava, que o segredo comercial tinha sido obtido direta ou indiretamente de outra pessoa que o estava a utilizar ou divulgar ilegalmente nos termos do número anterior.

4. É também considerada utilização ilícita de um segredo comercial a produção, oferta ou colocação no mercado de mercadorias em infração, ou a importação, exportação ou armazenamento de mercadorias em infração para aqueles fins, sempre que a pessoa que realize estas atividades tivesse ou devesse ter tido conhecimento, nas circunstâncias específicas em que se encontrava, que o segredo comercial tinha sido utilizado nas condições previstas no n.º 2.

Artigo 266.º
Aquisição, utilização e divulgação lícitas de segredos comerciais

A obtenção de um segredo comercial constitui um ato lícito quando resulte de:

a) Descoberta ou criação independente;

b) Observação, estudo, desmontagem ou teste de um produto ou objeto que tenha sido disponibilizado ao público ou que esteja legalmente na posse do adquirente da informação, não estando este sujeito a qualquer dever legalmente válido de limitar a obtenção do segredo comercial;

c) Exercício do direito dos trabalhadores, ou dos seus representantes, a informações e consultas em conformidade com as práticas nacionais ou com a lei;

d) Imposição ou permissão que resulte da lei;

e) Outra prática que, nas circunstâncias específicas em que ocorre, esteja em conformidade com as práticas comerciais honestas.

TÍTULO III
REGIME SANCIONATÓRO

CAPÍTULO I
CRIME

Artigo 267.º
Crime contra a propriedade industrial

Constituem crime contra a propriedade industrial, punível nos termos deste Código:

a) A violação do exclusivo da patente, do modelo de utilidade ou da topografia de produtos semicondutores;

b) A violação dos direitos exclusivos relativos a desenhos ou modelos;

c) A contrafação, imitação ou uso ilegal de marca;

d) A violação e uso ilegal de denominação de origem ou de indicação geográfica;

e) O registo de um ato juridicamente inexistente ou com manifesta ocultação da verdade, independentemente da violação de direitos de terceiros;

f) A venda, circulação ou ocultação de produtos ou artigos em violação do disposto no presente Código;

g) A obtenção de potente ou modelo de utilidade e registo de desenho ou modelo por quem não tem nenhum desses direitos.

Artigo 268.º
Penas

1. É punido com pena de prisão até 3 anos ou multa até 300 dias quem cometer qualquer dos crimes previstos nas alíneas a), b), c), d) e e), do artigo anterior.
2. É punido com pena de prisão até 1 ano ou multa até 120 dias quem cometer qualquer dos crimes previstos nas alíneas f) e g) do artigo anterior.

Artigo 269.º
Queixa

O procedimento criminal relativo aos crimes previstos neste Código depende de queixa ou participação.

CAPÍTULO II
CONTRAORDENAÇÕES

Artigo 270.º
Concorrência desleal

1. A concorrência desleal constitui contraordenação, punível nos termos deste Código.
2. Constitui concorrência desleal todo o ato de concorrência contrário às normas e usos honestos de qualquer ramo de atividade económica, nomeadamente:

   a) Os atos suscetíveis de criar confusão com a empresa, o estabelecimento, os produtos ou os serviços dos concorrentes, qualquer que seja o meio empregue;

   b) As falsas afirmações feitas no exercício de uma atividade económica, com o fim de desacreditar os concorrentes;

   c) As invocações ou referências não autorizadas feitas com o fim de beneficiar do crédito ou da reputação de um nome, estabelecimento ou marca alheios;

   d) As falsas indicações de crédito ou reputação próprios, respeitantes ao capital ou situação financeira da empresa ou estabelecimento, à natureza ou âmbito das suas atividades e negócios e à qualidade ou quantidade da clientela;

e) As falsas descrições ou indicações sobre a natureza, qualidade ou utilidade dos produtos ou serviços, bem como as falsas indicações de proveniência, de localidade, região ou território, de fábrica, oficina, propriedade ou estabelecimento, seja qual for o modo adotado;

f) A supressão, ocultação ou alteração, por parte do vendedor ou de qualquer intermediário, da denominação de origem ou indicação geográfica dos produtos ou da marca registada do produtor ou fabricante, em produtos destinados à venda e que não tenham sofrido modificação no seu acondicionamento.

Artigo 271.º
Utilização ilícita de informações

Constituem contraordenação, punível, nos termos deste Código, a divulgação, a aquisição ou a utilização de segredos comerciais de um concorrente, sem o seu consentimento, desde que essas informações:

a) Sejam secretas, no sentido de não serem geralmente conhecidas ou facilmente acessíveis, na sua globalidade ou na configuração e ligação exatas dos seus elementos constitutivos, para pessoas dos círculos que lidam normalmente com o tipo de informações em questão;

b) Tenham valor comercial pelo facto de serem secretas;

c) Tenham sido objeto de diligências consideráveis, atendendo às circunstâncias, por parte da pessoa que detém legalmente o controlo das informações, no sentido de as manter secretas.

Artigo 272.º
Outras contraordenações

Constituem ainda contraordenação, punível nos termos deste código:

a) A invocação ou menção de uma recompensa registada em nome de outrem;

b) O uso ou a declaração de posse de uma recompensa que nunca existiu ou que nunca foi concedida a quem a usa ou diz possuí-la;

c) O uso de desenhos ou quaisquer indicações que constitua imitação de recompensas por que a elas não tem direitos;

d) O uso nos estabelecimentos, em anúncios ou correspondências, de produtos ou serviços ou por qualquer outra forma, nome ou insígnia que constitua reprodução, ou que seja imitação, de nome ou de insígnia já registados por outrem;

e) A invocação de falsa qualidade para a obtenção do registo de um logótipo;

f) O uso em impressos, no estabelecimento, em produtos, ou de qualquer outra forma, de sinal que constitua reprodução ou imitação de logótipo já registado por outrem;

g) O fabrico, a importação, a aquisição ou guarda, para si ou para outrem, de sinais constitutivos de marcas, nomes, insígnias, logótipos, denominações de origem ou indicações geográficas registadas;

h) O uso como logótipo ou como sinais distintivos não registados, qualquer dos sinais proibidos ou considerados imitação ou usurpação nos termos deste Código;

i) O uso ilegítimo no nome ou na insígnia do estabelecimento ou no logótipo, registado ou não de expressões, nomes ou figuras proibidas nos termos deste Código;

j) A invocação falsa da qualidade de titular de um direito de propriedade industrial, ou quando o mesmo tenha existido, já tenha sido declarado nulo, anulado ou esteja caducado;

k) O uso e aplicação indevidos das indicações de patentes, modelos de utilidade ou de registo autorizados apenas aos respetivos titulares;

l) O uso de um direito de propriedade industrial para produtos e serviços diferentes daquele que o registo protege.

Artigo 273.º
Coimas

As contraordenações são puníveis com coimas de USD 500 a USD 5.000, caso o infrator seja uma pessoa coletiva ou de USD 250 a USD 3.000, caso o infrator seja uma pessoa singular.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Artigo 274.º
Sanções acessórias

1. Cumulativamente com as sanções previstas nos artigos anteriores, são declarados perdidos a favor do Estado os objetos de um crime previsto neste Código, bem como os materiais ou instrumentos que tenham sido predominantemente utilizados para a prática desse crime, exceto se o titular do direito ofendido der o seu consentimento expresso para que tais objetos voltem a ser introduzidos nos circuitos comerciais ou para que lhes seja dada outra finalidade.
2. Os objetos declarados perdidos a que se refere o número anterior, são total ou parcialmente destruídos, sempre que, nomeadamente, não seja possível eliminar a parte dos mesmos ou o sinal distintivo nele aposto que constitua violação do direito.

Artigo 275.º
Instrução e julgamento de processos por crime

A instrução dos processos emergentes da prática dos crimes previstos neste Código e o respetivo julgamento obedecem às regras do Código de Processo Penal.

Artigo 276.º
Assistentes

Além das pessoas a quem a lei processual penal confere o direito de se constituírem assistentes, têm legitimidade para intervir, nessa qualidade, nos processos-crime previstos neste Código, as associações empresariais.

Artigo 277.º
Instrução e decisão dos processos por contraordenação

Compete à Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, I.P. (AIFAIESA, I.P.) a instrução bem como aplicação das correspondentes coimas e sanções acessórias.

Artigo 278.º
Direito subsidiário

São aplicáveis, subsidiariamente, o Código Penal e as normas gerais relativas às contraordenações, designadamente no que respeita à responsabilidade criminal e contraordenacional das pessoas coletivas ou singulares e à responsabilidade por atuação em nome de outrem.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 279.º
Taxas

1. Pelos atos praticados pela entidade competente nos termos previstos no presente Código são devidas taxas, cujos correspondentes montantes são fixadas por diploma ministerial conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Indústria e das Finanças.
2. O valor das taxas é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo pela atividade pública decorrente dos direitos da propriedade industrial ou o benefício auferido pelo particular.
3. As taxas decorrentes das atividades previstas no presente diploma são atualizadas sempre que tal se mostrar necessário, de acordo com os índices de inflação publicados anualmente pelo Banco Central de Timor-Leste.
4. Os montantes das taxas constituem receitas do Estado.

Artigo 280.º
Boletim da Propriedade Industrial

1. Sob a coordenação e responsabilidade da entidade competente, é editado e divulgado, periodicamente, o Boletim de Propriedade Industrial.
2. O Boletim da Propriedade Industrial é editado em formato eletrónico pela entidade competente.

Artigo 281.º
Conteúdo da publicação do Boletim da Propriedade Industrial

1. No Boletim da Propriedade Industrial, são publicados:
   a) Os avisos de pedidos de patentes, de modelos de utilidade e de registo;
   b) As alterações ao pedido inicial;
   c) Os avisos de declaração de caducidade;
   d) As concessões e as recusas;

e) As renovações e revalidações;

f) As declarações de intenção de uso e de provas de uso;

g) As declarações de renúncia e as desistências;

h) As transmissões, concessões de licenças de exploração e alteração de identidade, de sede ou residência dos titulares;

i) As decisões finais de processos judiciais sobre propriedade industrial;

j) Outros atos e assuntos que devam ser levados ao conhecimento do público.

2. O Boletim da Propriedade Industrial deve inserir, além de anúncios relacionados com a matéria de que trata, os endereços dos agentes oficiais em exercício.

3. As características do Boletim de Propriedade Industrial, com o conteúdo previsto nos números anteriores, são aprovadas por decreto-lei.

Artigo 282.º
Distribuição do Boletim da Propriedade Industrial

O Boletim da Propriedade Industrial deve ser distribuído, para além dos serviços e instituições previstos obrigatoriamente na lei, à Organização Mundial da Propriedade Intelectual, e a quem manifeste interesse na sua assinatura, nas condições que forem definidas pelo Governo.

Aprovada em Conselho de Ministros em 20 de março de 2024.

O Primeiro-Ministro, em exercício

Mariano Assanami Sabino Lopes

O Ministro do Comércio e Indústria,

Filipus Nino Pereira

PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR LESTE

SECRETARIADO

NOTA DE REENCAMINHAMENTO

DE : SEC - GERAL
PARA : PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL
DATA : 23 /4 /2024

PARA PARECER	
PARA INFORMAÇÃO	
PARA APROVAÇÃO	
REQUER ACÇÃO IMEDIATA	
REQUER ACÇÃO	
PARA CONSIDERAÇÃO	V
OUTROS (ver nota Manuscrita)	

Submete-se à consideração de Vossa Excelência. 23/04/24

PARLAMENTO NACIONAL
Gabinete do Presidente
RECEBIDO
Data 24/4/24
426
24 4 24
09:33

PARLAMENTO NACIONAL
Secretariado
RECEBIDO
Data 23 4 24
16:22

PRIMEIRO-MINISTRO

N.º 076 /PM-GPM/IV/2024
Díli, 22 de abril de 2024

Assunto: Proposta de Lei

Excelência,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, a Proposta de Lei de Código da Propriedade Industrial, aprovada em Conselho de Ministros em 20 de março de 2024, para consideração e aprovação pelo Parlamento Nacional.

Ciente da atenção de Vossa Excelência, queira aceitar, Senhora Presidente, os protestos da minha mais elevada consideração.

Mariano Assanami Sabino Lopes
Primeiro-Ministro em exercício

Sua Excelência,
Maria Fernanda Lay
Presidente do Parlamento Nacional

Cc: Exmo. Senhor Adérito Hugo da Costa
Ministro da Presidência do Conselho de Ministros em exercício